

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PUC-SP**

**DAVI SOUZA DE FREITAS**

**Identidade quilombola e racismo: análise etnográfica da comunidade  
do Umbuzeiro/BA**

**Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade**

**São Paulo**  
**2022**

**DAVI SOUZA DE FREITAS**

**Identidade quilombola e racismo: análise etnográfica da comunidade  
do Umbuzeiro/BA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Paula Ferreira da Silva.

**São Paulo  
2022**

**DAVI SOUZA DE FREITAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

"O presente trabalho foi realizado com apoio a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.475992/2020-00"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.475992/2020-00"

"O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – nº do processo 133854/2020-5"

"This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – nº do processo 133854/2020-5"

Dedico este trabalho à minha mãe, mulher preta, nordestina, Gildete Brasília de Souza Freitas, por conceder a honra de pesquisar sua terra natal e nossas origens. Ao meu pai José Gilgleide de Freitas, homem honesto, humilde, caboclo do Ceará, o intelectual da família e a minha maior inspiração para continuar pesquisando.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a toda comunidade do Umbuzeiro, pela troca, por me ensinarem tanto e pela disposição em dialogar.

Aos meus pais dona Gilda e seu Gil que cortaram veredas nas caatingas me levando até as casas dos entrevistados. Grato, mãe. Que essa pesquisa possa honrar nossos ancestrais. Muito obrigado pai, por me apoiar incondicionalmente em tudo que faço e ter me apresentado a política, a luta por justiça social e o nosso presidente Lula. Amo vocês!

À minha orientadora, Ana Paula Ferreira Silva, por aceitar o meu projeto e fazer dele a nossa pesquisa, pelas excelentes aulas. Nada do que eu escrever será suficiente para demonstrar o quanto a senhora é importante nesses meus primeiros passos como pesquisador. Grato por tanto e como você diz: “Que os nossos caminhos sejam muitos!”

À Beatriz Campanharo Dutra, pois no momento mais difícil, ela me estendeu a mão, pagou minha matrícula, compartilhou sua sabedoria e, acima de tudo, me deu sua amizade que levarei para todo sempre.

À minha irmã Caroline Souza de Freitas, que é a quem me conecta com minha ancestralidade afro, com quem dou boas risadas, choro e recorro nos momentos de turbulência. Obrigado por acreditar em mim e me dar força! Te amo, *brotha!*

Ao meu cunhado, Alexandre Calderero, que sempre tem palavras firmes em momentos ruins e ótimas piadas em momentos bons. Grato meu mano!

À Fernanda Alves, mãe da minha filha Manu, pelo apoio, compreensão das minhas ausências e, principalmente por cuidar da nossa filha me dando o privilégio de me dedicar às leituras. No cis-heteropatriarcado, um homem não conquista nada sem a participação das mulheres. Serei eternamente grato.

À Michella Matsui, mãe da minha filha Ayumi, pelo incentivo e por ajudar na logística e nos cuidados com nossa filha, assim pude ter tranquilidade nas leituras.

Às minhas filhas, Ayumi e Manu que durante os meus estudos entravam no quarto para me encherem de amor. Vocês são a minha razão de existir. O pai ama vocês!

À minha companheira Andressa Pilé, pelo incentivo e apoio. Seu bom humor e tranquilidade foram fundamentais para a finalização desta pesquisa. O afeto e amor são recíprocos. Te amo, minha parceira de vida!

Aos professores Carlos Antônio Giovinazzo Júnior e João do Prado que fizeram da qualificação uma verdadeira aula. Grato pelas correções e orientações.

Às professoras e professores do programa EHPS que somaram na minha trajetória: Katya Mitsuko Zuquim Braghini, Alda Junqueira Marin, José Geraldo Silveira Bueno, Helenice Ciampi e Leda Maria de Oliveira Rodrigues. À Betinha por sua dedicação, competência e sempre pronta para solucionar as burocracias.

Ao meu bonde, Lucas, Élide e, novamente, Beatriz, que me acolheram. Obrigado pela troca, aprendizado e toda resistência na elaboração do seminário "Corpos Dissidentes no Território Brasileiro: Educação e Resistência". Axé!

Às minhas amigas Carla, Vanessa, Cintia e Cibelle pelos ensinamentos e as boas risadas durante as aulas *online*.

Aos colegas de turma, à APG e à Representação Discente que a PUC me deu: Ana, Henrique, Ivan, Cristiane, Antônio, Carina, Mindla, Dayse, Camila, Renata, Débora e Guilherme.

À minha prima Patrícia Oliveira que indicou os melhores caminhos na aproximação com a comunidade do Umbuzeiro e por me conectar ainda mais com minha ancestralidade. Axé, mana.

À Danielle Antonelli que além dos incentivos e cuidados, comprou a metade da rifa para ajudar no pagamento da minha matrícula.

Ao meu irmão de luta, Flavio Pereira, pela ajuda nas leituras dos textos e incentivo.

Ao Douglas Belchior que enviou uma carta para a FUNDASP para que eu pudesse ter uma bolsa auxílio até a chegada da bolsa CAPES.

Aos que acompanharam minha trajetória e de alguma forma me ajudaram, seja comprando a rifa, seja com uma palavra de apoio: Janaína Dourado, Bruno Cirilo, Clayton Fernandes, Paulo Araújo, Valéria Alves, Honorina Alves.

Agradeço a todas, todos e todes que resistiram, pesquisaram e lutaram por mais bolsas e investimentos nas pesquisas científicas brasileiras durante o até então governo negacionista. Seguiremos na luta.

## RESUMO

A presente pesquisa parte das seguintes questões: quais elementos constituem a identidade quilombola da comunidade do Umbuzeiro/BA?; como se estabelece a relação da comunidade pesquisada com as comunidades do entorno? Estabeleceu-se como objetivo geral analisar as concepções sobre a identidade quilombola na comunidade do Umbuzeiro e o modo como são estabelecidas as relações da comunidade com o entorno. Como objetivos específicos, compreender como a comunidade do Umbuzeiro se percebe em relação à identidade quilombola; analisar a relação entre as pessoas do Umbuzeiro com as comunidades do entorno, tanto na vida social quanto no cotidiano escolar e identificar expressões de racismo e suas relações com a constituição da identidade quilombola na comunidade. Os dados foram coletados a partir das ferramentas metodológicas e teóricas da pesquisa do tipo etnográfica. Optou-se como referencial teórico por um conjunto de autores, tais como: Bourdieu (2011), Elias e Scotson (2000), Fiabani (2005), Nilma Lino Gomes (2012) e Silvio Almeida (2020). Todo o material foi organizado e analisado em duas categorias principais: identidade, que analisou a construção conflituosa da identidade quilombola na comunidade do Umbuzeiro e o racismo, identificado em situações que são consideradas pontuais, mas que se demonstram práticas longas e que interferem na relação entre o Umbuzeiro e as demais comunidades do entorno. Pode-se concluir que o apagamento histórico que comunidades quilombolas vivem, somados às práticas de discriminação social e racial afetam a possibilidade de construção de identidade quilombola positiva. No entanto, algumas pessoas seguem resistindo aos estigmas a elas atribuídos e se orgulham de sua origem quilombola.

**Palavras-chave:** Educação no campo; Identidade quilombola; Desigualdade Social; Relações étnico-raciais; Sertão.

## ABSTRACT

The present research starts from the following questions: what elements constitute the *quilombola* identity of the Umbuzeiro/BA community?; How is the relationship between the researched community and the surrounding communities established? It was established as a general objective to analyze the conceptions about the *quilombola* identity in the community of Umbuzeiro and how the relations of the community with the surroundings are established. As specific objectives, to understand how the Umbuzeiro community perceives itself concerning the *quilombola* identity; analyze the relationship between the people of Umbuzeiro and the surrounding communities, both in social life and in everyday school life; identify expressions of racism and their relations with the constitution of the *quilombola* identity of the community. Data were collected using methodological and theoretical tools of ethnographic research. A set of authors was chosen as a theoretical reference, such as Bourdieu (2011), Elias and Scotson (2000), Fiabani (2005), Nilma Lino Gomes (2012), and Silvio Almeida (2020). All the material was organized and analyzed in two main categories: identity, which analyzed the conflicting construction of *quilombola* identity in the Umbuzeiro community, and racism, identified in situations that are considered a one-off problem, but that demonstrate long practices and that interfere in the relationship between Umbuzeiro and the other surrounding communities. It can be concluded that the historical erasure that *quilombola* communities live in, added to the practices of social and racial discrimination, affects the possibility of building a positive *quilombola* identity. However, some people continue to resist the stigmas attributed to them and are proud of their *quilombola* origin.

**Keywords:** Education in the field; Quilombola identity; Social Inequality; Ethnic-racial Relations Northeast Brazil.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	16
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	26
<b>A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO, EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	39
<b>COMUNIDADE QUILOMBOLA E ESCOLA: APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS</b> 39	
2.1. A comunidade do Umbuzeiro e a EMPG Bacurau .....	43
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	56
<b>VOZES DO UMBUZEIRO</b> .....	56
3.1. Identidade .....	58
3.2. Racismo .....	72
3.3. Estrutura racista x trajetória escolar .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	95
<b>ANEXO 1 - GLOSSÁRIO</b> .....	99

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
EHPS	Educação: História, Política, Sociedade
EMPG	Escola Municipal Primeiro Grau
ESPN	Entertainment and Sports Programming Network
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONGs	Organizações não governamentais
PEB II	Professor de Educação Básica
PPP	Projeto Político-Pedagógico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Localização de Uauá tendo como referência a capital, Salvador.....	44
<b>Imagem 2</b> - Localização da escola e da comunidade referente a cidade de Uauá.....	45
<b>Imagem 3</b> - Fazenda Santana, onde está localizada a EMPG Bacurau.....	46
<b>Imagem 4</b> - Pátio da entrada da escola.....	47
<b>Imagem 5</b> - Pátio coberto da escola.....	47
<b>Imagem 6</b> - Viga com o registro da fundação: “08/02/1977”.....	48
<b>Imagem 7</b> - Sala de aula.....	49
<b>Imagem 8</b> - Cozinha da escola.....	49
<b>Imagem 9</b> – Banheiros.....	50
<b>Imagem 10</b> - Área externa da escola.....	50
<b>Imagem 11</b> – Comunidade do Umbuzeiro.....	51
<b>Imagem 12</b> - Campo de futebol, parte central da comunidade Umbuzeiro.....	52
<b>Imagem 13</b> - Casas, parte central da comunidade Umbuzeiro .....	52
<b>Imagem 14</b> - Bar, parte central da comunidade Umbuzeiro.....	53
<b>Imagem 15</b> - Centro de Convivência desativado, na parte central da comunidade Umbuzeiro.....	53

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES das temáticas por descritor.....	27
---	----

*Eles querem que alguém  
Que vem de onde nós vem  
Seja mais humilde, baixe a cabeça  
Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda  
Eu quero é que eles se foda.*

*(Emicida)*

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como *locus* de estudo a comunidade Umbuzeiro, localizada no sertão da Bahia.

Minha trajetória de vida está situada em São Paulo, mas se entrelaça com o sertão. Minha mãe nasceu próximo à comunidade Umbuzeiro, na Fazenda Santana, por isso sua história foi marcada pela falta de acesso ao ensino e todas as dificuldades decorrentes, como a desvalorização de sua cultura, viver incontáveis situações de racismo e todos os preconceitos que o povo nordestino carrega.

Herdei seu baixo capital cultural, o sofrimento do racismo, mas herdei também a força dos meus ancestrais. Contrariando muitas estatísticas que indicam que a violência ronda meninos pretos da periferia, concluí o curso de graduação em Educação Física e me especializei em Educação Física Escolar.

A formação profissional possibilitou que eu atuasse, por 10 anos, em organizações não governamentais (ONGs), que desenvolviam seus projetos em comunidades na zona leste de São Paulo. Foi através de uma dessas ONGs, no Instituto Patrícia Medrado, que participei lecionando tênis na Caravana do Esporte. Organizado pela emissora *ESPN*, em parceria com a UNESCO, a caravana é composta por ONGs fundadas por ex-atletas de diversos segmentos esportivos. Seu objetivo é levar o esporte e a educação aos lugares mais remotos do Brasil.

Em 2006, a Caravana do Esporte teve como destino Salvaterra, Ilha do Marajó/PA. A ONG a qual trabalhava era responsável pelo ensino do tênis. Pesquisei sobre a região, planejei minhas aulas de acordo com a cultura local e levei meu berimbau para dar aula de tênis, mesmo sendo alvo de algumas “brincadeiras” dos meus colegas.

Salvaterra é composta por alguns quilombos e meu objetivo não era apenas passar técnicas de tênis, mas aproveitar a visibilidade do programa para valorizar a cultura local e atender as demandas da docência em relação a ensinar a partir das experiências locais de modo a facilitar as aprendizagens. Ao juntar as raquetes, redes e bolinhas de tênis ao berimbau, nascia ali uma estratégia de ensino muito específica para a região: a fusão da capoeira com o tênis. Essa

mistura foi nomeada de “*Capuratênis*<sup>1</sup>” e de forma lúdica, as crianças de Salvaterra brincavam utilizando os movimentos da capoeira - manifestação cultural negra e que para aquelas crianças e jovens, não era novidade - para então aprender o tênis, esporte praticado por pessoas com maior capital econômico e que era algo novo para a comunidade.

O “*capuratênis*” consistia em realizar os movimentos do tênis, *backhand*, *forehand* dentro da ginga da capoeira ao som do berimbau. Dessa forma, a união dessa biomecânica já aprendida - a ginga - facilitava a aprendizagem dos movimentos mais complexos do tênis. Os alunos se identificavam com as músicas, diminuindo assim, a ação mecânica do treinamento esportivo e todos os comandos eram dados de forma lúdica.

Essas experiências me possibilitaram compreender por outro prisma a minha própria origem e as características da região na qual morava - a periferia da zona leste de São Paulo, mais precisamente o bairro de São Mateus.

Foi possível perceber claramente que a desigualdade social é potencializada nos territórios menos assistidos, nos atravessando de inúmeras formas. O que antes era só motivo de revolta, tornou-se objeto do trabalho que desenvolvia por meio do esporte.

Por concurso público, ingressei na rede estadual de ensino do estado de São Paulo como Professor de Educação Básica (PEB II), lecionando desde 2014 na mesma escola. A discussão étnico-racial, que já fazia parte dos trabalhos com as ONGs, ganhou força na minha experiência docente, pois a lei 10.639/03, tornou a história e a cultura afro-brasileira conteúdos obrigatórios no ensino e isso respaldava meus planejamentos, constituindo uma base para o enfrentamento de um currículo eurocêntrico.

Como docente, foram diversas ações com alunos/as e ex-alunos/as, como assembleias com a comunidade do entorno, para conseguirmos realizar atividades que ultrapassam as aulas tradicionais de Educação Física. Ocupamos parte do terreno da escola e, ao longo de dois anos, fizemos uma pista de skate, restauramos a quadra com pinturas e grafite, realizamos festivais de *reggae* e campeonatos de várias modalidades esportivas. Em contraponto a essas ações

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o projeto, consultar:  
<https://www.youtube.com/watch?v=l2ky9oDepk8&t=114s>

que desenvolvia com alguns colegas, o desinteresse de outros docentes me chamava atenção.

Ao ingressar no curso de mestrado, em 2020, participei das discussões na atividade programada de *Elaboração do Anteprojeto* e na disciplina *Educação Escolar e Sociedade* e nelas pude reunir minhas experiências profissionais, as minhas origens sertanejas e tomar a comunidade quilombola do Umbuzeiro como objeto de estudo.

Nos últimos anos, as pesquisas no Brasil estão sob ataques, principalmente na área das Ciências Sociais. Ter tido o privilégio de pesquisar a região das minhas origens só foi possível devido a bolsa CNPq, que dentre as etapas da pesquisa financiou toda a logística do meu deslocamento até o sertão da Bahia.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa não foi elaborada apenas por minhas ligações afetivas com o território, embora esteja ligada às mazelas que presenciei todas as vezes que visitei meus parentes na Fazenda Santana. Os relatos dos moradores sobre a falta de políticas públicas voltadas para a educação, cultura e lazer e também sobre os longos percursos que as crianças da comunidade Umbuzeiro precisam percorrer para estudar além da forma pejorativa com que se referiam aos moradores do Umbuzeiro. Tais questões foram tomadas na pesquisa como expressão de uma situação recorrente que resulta na construção conflituosa da identidade das pessoas pertencentes à comunidade quilombola e nos preconceitos estabelecidos nas relações com as comunidades do entorno.

Por mais de três séculos, o Brasil foi local da exploração de mulheres, homens e crianças negras, traficadas do continente africano. Fiabani (2005) destaca as características escravistas através da reificação dos povos sequestrados de África:

Podemos classificar uma comunidade como escravista quando o trabalhador escravizado é considerado uma mercadoria: quando seu proprietário pode decidir onde, como e quando empregar seu trabalho; quando, ao menos em teoria, a totalidade do produto do trabalho do cativo pertence ao amo e, finalmente, quando o status servil é vitalício e hereditário. (FIABANI, 2005, p.15)

A história dos quilombos se inicia junto com o processo de escravidão e é símbolo de resistência contra o trabalho forçado, os maus tratos e a coisificação da população preta sequestrada do continente

africano para o Brasil. Exercer trabalho forçado e ficar encarcerado em condições subumanas de forma pacífica, não era o que a população negra escravizada pretendia, conforme aponta Fiabani (2005):

O principal foi o assinalado desejo latente de autonomia do cativo, que jamais deixou de se opor à apropriação de sua liberdade-força de trabalho. A densidade relativa e absoluta da população servil foi importante determinação. (FIABANI, 2005, p. 253)

A luta por liberdade e muitas formas de resistência contra a escravidão

que o povo preto elaborou foram suprimidas pela história ou pouco relatadas e é justamente na Bahia, território desta pesquisa, onde surgem os primeiros e mais contundentes símbolos de resistência: os quilombos.

Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais de engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia. (GOMES, 2015, p.12)

A dominação por parte dos europeus nas Américas reforçou o conceito já existente, “a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus”. (GOMES, 2012, p.729). Nilma Lino Gomes (2012) aponta para a relevância e aprofundamento histórico e sociológico de Aníbal Quijano com relação à elaboração do conceito de raça no Brasil:

[...] uma dimensão mais profunda da invenção da raça, trazendos para o contexto latino-americano e problematizando que, antes mesmo de se consolidar como um conceito da ciência, ela foi sendo formulada como uma ideia, uma representação social e, portanto, uma forma de classificação social imbricada nas estratégias de poder colonial. Esta noção foi se tornando, paulatinamente, um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e até pedagógico. A empreitada colonial educativa e civilizatória esteve impregnada da ideia de raça. (GOMES, 2012, p.730)

O conceito de raça é um instrumento de dominação, por outro lado, ao longo da história, o Movimento Negro vem ressignificando e atribuindo a ele, caráter de resistência através da luta política. Conforme aponta Nilma (2012):

Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, este movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2012, p.733)

Se a ideia de raça serviu para criar uma explicação que inferiorizava a população negra, a discussão sobre racismo possibilitou dar visibilidade às inúmeras expressões sociais de opressão racial. Na obra “*Racismo Estrutural*”, Silvio Almeida (2020) elenca três concepções de racismo: o individual, institucional e estrutural. A concepção individual é tratada como desvio de caráter

ou doença, o que faz com que essa concepção gere uma forma superficial de análise da questão racial:

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. (ALMEIDA, 2020, p.36)

O racismo institucional é um avanço em relação ao individual, pois segundo o autor, considera que a sociedade é composta por conflitos e disputas de poder. Trata sobre a forma como os sujeitos ocupam os cargos nas instituições a partir dessa condição de disputa desigual. O autor destaca dois aspectos importantes sobre a forma como as instituições se constituem:

[...] a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição. [...] Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. (ALMEIDA, 2020, p.40)

Nesse sentido, o conceito de racismo estrutural vem para desmistificar o racismo isolado, pois o toma como resultado de um processo histórico em que condições privilegiadas de grupos dominantes subjugarem outros grupos étnicos-raciais, excluindo-os dos espaços de poder nos setores políticos, econômicos e culturais.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são

derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2020, p.50)

Considerando o caráter estrutural do racismo e suas expressões individuais e institucionais, o Movimento Negro desempenha papel preponderante:

[...] ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, [pois] o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana. (GOMES, 2012, p. 741.)

O movimento negro é protagonista nas conquistas por uma educação mais diversa culturalmente e que aborde temas voltados para construção da identidade e relações raciais.

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2012, p.735)

Na obra *“Educação e Identidade negra”*, Nilma Lino Gomes (2002) defende que a construção da identidade pode proporcionar empoderamento para comunidade, porém depende das relações sociais que são estabelecidas. Segundo Gomes (2002, p.39), “esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra.”

Jacques d'Adesky destaca que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao

contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. (GOMES, 2002, p.39)

O conceito de racismo estrutural aliado ao conceito sobre como a construção da identidade se estabelece através das relações sociais faz com que a população negra tenha muitos elementos para construir uma imagem negativa de si. Essa relação reforça a importância do movimento negro e do fortalecimento dos quilombos, já que esses têm sua própria origem na resistência à condição de escravização e portanto, de contraponto à estrutura.

Diante dessas breves apresentações sobre raça, racismo e identidade, a pesquisa tem como questões centrais: quais elementos constituem a identidade quilombola da comunidade pesquisada? Como se estabelecem as relações da comunidade pesquisada com as comunidades do entorno?

Estabeleceu-se como objetivo, analisar alguns elementos que caracterizam a construção da identidade da comunidade do Umbuzeiro e sua relação com as comunidades do entorno. Como objetivos específicos: compreender como a comunidade do Umbuzeiro se percebe em relação à identidade quilombola; analisar a relação entre as pessoas do Umbuzeiro com as comunidades do entorno, tanto na vida social quanto no cotidiano escolar; identificar expressões de racismo e suas relações com a constituição da identidade quilombola da comunidade do Umbuzeiro.

Para captar essas especificidades, os dados foram coletados a partir das ferramentas metodológicas e teóricas da pesquisa do tipo etnográfica. Com o intuito de não identificar a unidade escolar estudada, a chamaremos de “Bacurau”<sup>2</sup>. Os nomes dos sujeitos também foram alterados, garantindo o anonimato<sup>3</sup>.

A partir do levantamento das teses e dissertações que versam sobre temas próximos aos que essa pesquisa se propõe (“educação no campo”, “educação rural” e “educação quilombola”), e que serão apresentados em

---

<sup>2</sup> “Bacurau” é um filme de aventura, ação e ficção científica dos cineastas pernambucanos Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Lançado em 2019, a história conta sobre uma comunidade ameaçada no interior do sertão nordestino e que sofre com falta de água e de políticas públicas.

<sup>3</sup> Para facilitar a identificação das pessoas e suas relações com a comunidade do Umbuzeiro, elaboramos um glossário (Anexo 1).

detalhe no capítulo 1, identificou-se que dois autores são recorrentes: Paulo Freire e Miguel Arroyo. As pesquisas fazem referência aos estudos sobre educação no campo, movimentos sociais, emancipação e a relação entre educação e exclusão social. No entanto, optou-se como referencial teórico um conjunto de autores que trouxessem discussões acerca do conceito de raça, racismo e identidade como Silvio Almeida (2020) e Nilma Lino Gomes (2002; 2012). Para analisarmos as relações com as comunidades do entorno utilizamos as discussões propostas por Norbert Elias e John L. Scotson (2000), na obra “Estabelecidos e outsiders”.

Para a análise dos dados, destaca-se como referencial Fiabani (2005), que em sua obra “Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 - 2004]” traz uma revisão crítica da historiografia dos quilombos. Especificamente no capítulo “Visões sobre o quilombo: da constituição de 1988 aos dias atuais”, Fabiani apresenta várias autoras e autores que pesquisam sobre quilombo por diferentes perspectivas em períodos mais recentes.

Apple, Au e Gandin (2011) organizaram a obra “*Educação Crítica: análise internacional*”<sup>4</sup>, com capítulo que serviu de referência para essa dissertação “*Paleontologia/ pálida ontologia: o status da branquitude na educação*” de Leonardo

Por fim, Bourdieu (2012) coordena a coletânea intitulada “A Miséria do Mundo” que apresenta análises de diversos autores. Vale destacar que a presente pesquisa fez uso especialmente dos textos autorais “Efeitos de lugar”, “A demissão do Estado” e os “Excluídos do interior” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2012) que subsidiaram a pesquisa tanto do ponto de vista teórico/conceitual quanto em relação à perspectiva metodológica, pois os capítulos são organizados com análises teóricas elaboradas a partir das entrevistas transcritas que compõem a obra. Cabe especial destaque ao capítulo “Compreender” no qual Bourdieu sistematiza metodologicamente os cuidados necessários para a realização das entrevistas e para a análise dos dados.

---

<sup>4</sup> Nesta obra, há outros textos que também discutem a questão racial relacionada à educação: “A raça ainda é importante: a teoria racial crítica na educação” de Ladson-Billings (2011); “A mídia-educação crítica e a democracia racial” de Kellner e Share (2011).

A dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta o levantamento das dissertações e teses acerca dos temas “educação do campo”, “educação rural” e “educação quilombola”. O segundo capítulo descreve a metodologia da pesquisa, com os procedimentos de coleta de dados e apresenta características e especificidades da comunidade do Umbuzeiro e região. O terceiro e último capítulo organiza e analisa os dados coletados, de acordo com as questões centrais da pesquisa: racismo e identidade.

## CAPÍTULO 1

### A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO, EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

O projeto desta pesquisa pretendia estudar a constituição da identidade quilombola a partir das práticas pedagógicas que a escola EMPG Bacurau fomenta em relação ao currículo, no que diz respeito à relação escola-comunidade. No entanto, a Pandemia de Covid-19 inviabilizou a coleta de dados no campo com a escola e, por isso, houve o redirecionamento da pesquisa. Entretanto, mantivemos a apresentação dos dados organizados a partir da pesquisa sobre a produção acadêmica com os descritores “educação no campo”, “educação rural” e “educação quilombola” por considerar que esse levantamento nos dá um pequeno panorama das temáticas e formas de abordagem da educação em relação ao campo e aos quilombolas.

Com o objetivo de compreender como a produção acadêmica tem abordado as temáticas que se aproximam da realidade da comunidade Umbuzeiro e da EMPG Bacurau, foi realizado o levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES com os descritores “educação no campo”, “educação rural” e “educação quilombola”. Os dados a seguir foram sistematizados no quadro 1.

No primeiro descritor, “Educação no Campo”, foram encontrados 922 estudos e classificados em eixos temáticos. Desse total, 259 trataram sobre questões relacionadas às práticas pedagógicas, 189 sobre formação de professoras, 182 sobre políticas públicas, 78 sobre ações dos movimentos sociais, 57 sobre as análises históricas, 44 sobre educação e trabalho, 29 sobre tecnologia, 8 sobre questões étnico-raciais, 9 sobre educação especial, 10 sobre questões de gênero e, por fim, 57 sobre a relação da comunidade com a escola.

O descritor “Educação Rural” apontou 429 estudos, sendo que 91 tratavam da perspectiva histórica educação rural, 65 discorriam sobre políticas públicas, 82 voltados para a formação de professoras, 89 sobre história ou ações dos movimentos sociais, 63 tratavam sobre práticas pedagógicas, sendo 9 com ênfase no currículo e 2 sobre livros didáticos. Temas como gênero, juventude e tecnologia apresentaram 10 estudos cada. As questões étnico-raciais apontaram 18 estudos e 11 tratam da relação comunidade e escola.

No descritor “Educação Quilombola”, foram levantados 28 estudos, sendo que 11 deles estavam distribuídos em práticas pedagógicas, 5 sobre políticas públicas, 3 abordavam as questões históricas e culturais quilombolas e 1 sobre gênero. Restaram-se 8 estudos voltados para a relação comunidade e escola.

Quadro 1 – Levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES das temáticas por descritor

<b>Temáticas</b>	<b>Educação no campo</b>	<b>Educação Rural</b>	<b>Educação Quilombola</b>	<b>Total</b>
<b>Práticas pedagógicas</b>	259	63	11	<b>333</b>
<b>Formação de professoras</b>	189	82	-	<b>271</b>
<b>Políticas públicas</b>	182	65	05	<b>252</b>
<b>Movimentos sociais</b>	78	89	-	<b>167</b>
<b>Análises históricas</b>	57	91	03	<b>151</b>
<b>Relação da comunidade com a escola</b>	57	11	08	<b>76</b>
<b>Educação e trabalho</b>	44	-	-	<b>44</b>
<b>Tecnologia</b>	29	10	-	<b>39</b>
<b>Relações étnico-raciais</b>	08	18	-	<b>26</b>
<b>Questões de gênero</b>	10	10	01	<b>21</b>
<b>Juventude</b>	-	10	-	<b>10</b>
<b>Educação especial</b>	09	-	-	<b>09</b>
<b>Total</b>	<b>922</b>	<b>449</b>	<b>28</b>	<b>1.399</b>

Fonte: Capes. Dados organizados pelo autor.

Considerando que a proposta inicial da pesquisa se voltava para estudar a relação entre a comunidade e a escola, o refinamento dos dados se deu a partir das pesquisas que tinham essa temática como eixo central.

Pelos dados do quadro 1, podemos afirmar que se trata de um tema ainda pouco estudado quando nos voltamos para as pesquisas que tratam sobre a educação no campo, rural e quilombola, pois do total de 1379 teses e dissertações identificadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, apenas 76 pesquisas se aproximam da temática.

A segunda etapa do levantamento foi refinar a leitura desses 76 trabalhos que tratam sobre a “relação comunidade e escola”. Algumas pesquisas inicialmente classificadas nessa temática, foram excluídas na segunda etapa, pois ao nos aprofundarmos nas leituras, notamos que muitas tratavam apenas do ponto de vista das docentes e outras sobre formação de professores. Um dos trabalhos investigou o método apostilado que não dialoga com a cultura local, porém só entrevistou as docentes. Outras pesquisas foram excluídas por serem administradas por organizações não governamentais, e que, portanto, não pesquisaram educação regular.

Tendo como ponto de partida o descritor “Educação no Campo”, das 57 pesquisas foram selecionadas 19. Os trabalhos excluídos somam 38. Desse total, 13 tratavam sobre as formações dos docentes ou abordavam suas práticas, 7 pesquisas se dedicaram aos movimentos sociais, 7 às políticas públicas de implementação de currículo, 2 abordavam participações de organizações não governamentais em escolas, 2 sobre conteúdos (português e matemática), 3 pesquisas voltadas para fracasso escolar, jogos e brincadeiras, questões de gênero e 4 trabalhos não estavam acessíveis de modo remoto.

A dissertação de Evangelista (2012) intitulada “*O direito à educação no campo: a “voz” dos estudantes das escolas do Ribeirão Seco - Itabuna - Bahia*”, analisou o direito à educação através dos discursos dos estudantes. Tendo como lente diversos autores como Henri Giroux, Raymond Williams, Carlota Boto, entre outros, o autor traz a perspectiva dos alunos apontando a rotina, trajetória e dificuldades em relação ao acesso à educação na comunidade de Ribeirão Seco. O resultado do trabalho aponta para adaptação dos alunos do campo com a falta de investimento do poder público nos anos finais e médios, obrigando os jovens a se deslocarem às cidades para concluir os estudos.

Na sequência temos o trabalho intitulado “*A construção do conhecimento em comunidades rurais e a busca por uma educação do campo na região do tabaco*”, no qual Mueller (2015) tem como objetivo promover um diagnóstico da

situação das famílias que vivem no campo, através do conhecimento da comunidade rural. Por meio de coletas de dados e oficinas nas escolas e comunidade, a autora destaca a importância da coleta de dados para elaboração das estratégias de ensino no empoderamento dos jovens. A pesquisa foi realizada nos municípios da região do Vale do Rio Pardo/RS. O estudo apontou que iniciativas como a de tomar a escola como a instituição que formará indivíduos que atuarão na comunidade, através da educação básica e que esteja atrelada às características locais, aumenta as chances de os jovens permanecerem no campo e assumirem as propriedades de suas famílias.

Três trabalhos observaram a rotina das escolas e fizeram entrevistas com as comunidades escolares. No primeiro deles, intitulado “*Desafios na implementação das diretrizes da educação do campo em uma escola estadual do leste de Minas Gerais*”, Moura (2017) teve como objetivo identificar e analisar, através de questionários, quais caminhos a Escola Estadual José Teixeira Franco teve que trilhar para implementar as Diretrizes das Escolas do Campo de Minas Gerais tendo um bom resultado e aceitação pelos professores e alunos. O segundo trabalho intitulado “*Educação do Campo: um estudo sobre cultura e currículo na escola municipal de ensino fundamental Crubixá - Alfredo Chaves - Espírito Santo*”, Klein (2013) investigou como se configuram os saberes e culturas camponesas no currículo da escola.

A autora se debruçou sobre a definição de cultura recorrendo a vários autores, pois a comunidade é constituída por descendentes italianos; analisou os projetos políticos pedagógicos; entrevistou a comunidade e realizou rodas de conversa com as professoras e professores. Nos diálogos com os docentes eles relatam a importância da interface da cultura local e o currículo, porém o trabalho iniciado pelos educadores das séries iniciais que constantemente procuram a inserção dos saberes e culturas dos sujeitos camponeses no processo ensino e aprendizagem sofre uma ruptura nas séries finais. Os educadores dos anos finais divergem sobre a importância de uma educação voltada para o camponato alegando que a zona rural fica muito próxima da urbana e ainda apontam as questões econômicas, culturais e sociais.

A terceira pesquisa, intitulada “*Educação do campo e a construção da identidade territorial do aluno da escola do campo do Distrito de Cândido Freire – Giruá (RS)*”, também analisou o projeto político pedagógico e entrevistou ex-

alunos, entretanto a pesquisa está voltada somente para o ensino fundamental. Ziech (2017) é moradora e professora da escola pesquisada, ao longo do tempo vem planejando projetos que valorizem a vida no campo, como trabalho nas propriedades e outras abordagens que dialogassem com a identidade local, mas a pesquisa aponta que a ação pedagógica poderia ser mais efetiva, as aulas mais fidedignas com o que consta no projeto político pedagógico, possibilitando que os alunos experimentassem atividades voltadas para o campo.

Na pesquisa *“Sonhos e memórias de re-existências no campo: juventudes e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho”*, Fontes (2017) investigou em Tumiritinga, Minas Gerais, como os jovens pensam, experimentam e compreendem a territorialidade do assentamento que vivem e como essa territorialidade afeta suas decisões de permanecerem ou saírem do campo. O grupo de jovens que participou da pesquisa eram educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo. A autora observou que os jovens da primeira geração, que participaram da luta por ocupação das terras, têm vínculos mais sólidos com o território e com o modo de vida do campo se comparado com a segunda geração. No grupo dos educandos do curso de licenciatura de Educação do Campo, alguns tinham a mesma idade da segunda geração, entretanto a relação com o território era semelhante à dos jovens da primeira geração. Dessa forma, a autora conclui que não se trata simplesmente da idade, mas sim dos itinerários formativos e político-pedagógicos que esses jovens assumem.

Na tese *“Educação do Campo - Campos de disputas: Um estudo de caso nas comunidades rurais de Ribeiro, Lagedo e Gameleira – Alagoa Nova/PB”*, Araújo (2014) analisou processos educativos que fortalecem a educação escolar e não escolar no contexto do campo, em três comunidades. Por meio das entrevistas com professoras e professores, lideranças comunitárias e sindicatos das três comunidades, a pesquisa demonstrou que existem outros tipos de concepção de educação que levam em conta a construção de diversos saberes em diferentes espaços e que escola e comunidade devem dialogar sempre no sentido de uma educação coletiva.

Em *“A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes/Mari-Pb: desafios e possibilidades para a educação do campo”*, Costa (2010) analisou o processo de construção do projeto político pedagógico,

destacando os elementos da educação do campo que estão sendo contemplados a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. Apesar de estar localizada em um assentamento, a escola não tinha um projeto político pedagógico voltado para a educação do campo. Através de entrevista com quatro docentes, um gestor e dois moradores, a pesquisa acompanhou a elaboração do projeto político pedagógico que contemplasse os anseios da comunidade local. O estudo concluiu que houve avanço na elaboração do projeto político pedagógico por parte da comunidade escolar. O autor destaca que o poder público, através da secretaria de educação, dá autonomia para escola, baseadas nas diretrizes da gestão democrática, porém parece tratar-se mais de indiferença, já que não fornece apoio quando surgem conflitos.

Em “*O programa Escola Ativa e a gestão participativa em escolas no campo*”, Rosa (2013) analisou como ocorre a participação das comunidades do campo na gestão da escola e que tipo de autonomia pode ser desenvolvida dentro da perspectiva da gestão sugerida pelo programa Escola Ativa, no município de São José do Rio Pardo/SP, por meio de pesquisa documental, entrevista e registro de observação. A conclusão foi de que o programa Escola Ativa tem características conservadoras e neoliberais e oferece pouca autonomia para docentes, alunos e comunidade, fazendo desses sujeitos meros instrumentos. Entretanto, a autora destaca que certa comunidade escolar, através de abaixo-assinado, fez reivindicações políticas e estes sujeitos iniciaram o programa de maneira instrumental. Há algumas ressalvas com o programa, mas possivelmente, pode surgir algum estímulo para que a comunidade se engaje politicamente com os problemas da escola.

Em “*Lugar, saber social e educação no campo: o caso da escola municipal de ensino fundamental José Paim de Oliveira, distrito de São Valentim, Santa Maria, RS*”. Moura (2009) propõe reflexões sobre a educação do campo, no contexto do lugar, destacando os saberes sociais presentes na comunidade escolar. Por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas com pais, alunos, moradores da comunidade, professoras e professores. Foi constatado que os pais, por terem menos saberes formais, delegam para as professoras e professores a educação escolar e participam pouco, perde-se a oportunidade de experimentar os saberes do campo por meio destes sujeitos. A pesquisa conclui que a escola possui um projeto político pedagógico do campo, porém são pouco

vivenciados, muitas vezes não por desinteresse dos gestores e professores, mas pela pouca participação e integração da comunidade.

Em “*Projeto político pedagógico - documento e/ou instrumento*”, Hernandes (2019) pesquisou como a escola em sua proposta educativa atende à demanda de sua diversidade de sujeitos e, entre eles, os sujeitos do campo. Por meio de pesquisa qualitativa, diários de campos, entrevistas com a comunidade escolar e análise documental, realizando um levantamento da realidade escolar e verificando se a proposta educativa contempla a diversidade de sujeitos. Por se tratar de uma pesquisa-ação, toda comunidade escolar foi convidada a participar dos encontros para analisar e discutir o projeto político pedagógico. A autora destaca o pouco envolvimento da comunidade. Nas entrevistas, os depoimentos das professoras e professores demonstram que o corpo docente não participava da elaboração do projeto político pedagógico, tampouco pais e alunos. Concluiu-se que o currículo da escola pesquisada necessita incluir os princípios da Educação do Campo, considerando os saberes acumulados pelas experiências de vida e enfatizando o trabalho do sujeito do campo. Entretanto, as reflexões e análises feitas pelos sujeitos no decorrer da pesquisa contribuíram na produção de um novo saber.

Em “*Povos e comunidades tradicionais: relações com a escola do/no campo*”, Gonçalves (2017) indaga a realidade dos quilombolas, faxinalenses, camponeses, canteiros e suas relações com a educação formal em duas escolas localizadas em Campo Largo, no Distrito de Três Córregos/PR, por meio de roteiro de entrevista e questionários semiestruturados. Foram entrevistados alunos, professores e moradores de comunidades tradicionais. Ao analisar o projeto político pedagógico, a autora destaca que o mesmo não foi construído coletivamente e nem contém os princípios e fundamentos da educação do campo. A pesquisa conclui que a comunidade não participa da elaboração do projeto político pedagógico, os alunos não são estimulados a participarem dos grêmios estudantis e a formação continuada dos docentes não contempla a especificidade da educação do campo e a sua diversidade para o aprofundamento nas questões culturais dos faxinalenses, quilombolas, camponês ou canteiro

Na pesquisa “*A construção e implementação do projeto político-pedagógico na escola do campo*”, Santos (2014) analisou o projeto político

pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental M<sup>a</sup> Bernadete Montenegro no município de Sapé/PB, com o propósito de investigar se o projeto político-pedagógico dialoga com as políticas voltadas para a educação do campo e as lutas desenvolvidas no âmbito da educação popular. A coleta de dados contou com entrevista semiestruturada, o formulário sobre o perfil dos sujeitos da pesquisa, observação participante e relatos de vida de alguns moradores da comunidade. A conclusão foi de que a construção do projeto político-pedagógico da escola estudada não dialoga com as políticas voltadas para a educação do campo nem com as lutas desenvolvidas no âmbito da educação popular, tendo em vista a centralização das tomadas de decisões por parte da gestão escolar.

Em “*Cotidiano em uma escola rural: representações de uma comunidade escolar*”, Lima (2008) tratou sobre o cotidiano escolar de uma escola rural no distrito de Bom Jardim, na cidade de Teixeiras, na Zona da Mata de Minas Gerais. Por meio de estudo de caso, de tipo etnográfico e entrevistas com professoras e professores, gestores e funcionários, a autora também analisou as práticas pedagógicas docentes e suas relações em seu dia a dia com o espaço rural. A conclusão foi de que apesar da Escola Municipal de Roberts estar localizada na zona rural de Teixeiras, percebe-se que a escola é tratada pelos docentes como uma escola urbana, uma vez que o referencial é urbano e a padronização é uma busca constante.

Em “*Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implantação da lei 10.639/2003 na escola do campo do Patauá na Amazônia Paraense*”, a dissertação traz no título algumas informações sobre a perspectiva que Araújo (2016) analisa, ou seja, como acontece as práticas pedagógicas com a temática étnico-racial no espaço escolar e como a escola localizada no campo vem lidando com as alterações curriculares através das práticas pedagógicas dos professores na comunidade. Recorrendo a uma pesquisa cunho qualitativo, método crítico e dialético, entrevistas semiestruturadas e observações *in loco*, os relatos dos professores demonstram desconhecimento da lei e falta de formação. No entanto, a equipe gestora relata que faz formação e destaca a importância da lei e os alunos demonstram insatisfação por não ter projetos voltados para a cultura afro-brasileira. A autora conclui que os docentes se

mostraram alheios ao envolvimento com a temática, não se apropriam das Diretrizes das relações étnico-raciais nesse espaço de escola do campo e também não recebem formação.

Duas dissertações analisaram as expectativas que os alunos têm sobre suas escolas. A primeira pesquisa, "*A escola no campo: ouvindo crianças e adolescentes da zona rural do município de Viçosa, MG*", tem como sujeitos de pesquisa alunos de 5 a 13 anos de idade, matriculados do Pré-escolar ao 5º ano. Cruz (2013) investigou as representações que as crianças e adolescentes fazem sobre a escola do campo em que estudam. Por meio pesquisa qualitativa e entrevistas, a pesquisadora destaca que precisam de mais estudos abrangentes, que envolva mais escola e concluiu que os sujeitos desejam uma escola próxima a suas residências com especificidades metodológicas adequadas para atender o público ao qual destina, o brincar seja constante e que contribua para que o desenvolver e aprender seja prazeroso. No segundo trabalho, "*As Representações sociais dos jovens do campo, acerca de suas escolas*", Lopes (2008) teve o cuidado em destacar a complexidade de definir as juventudes do campo, pois, as mesmas, possuem uma expressividade atípica. Elas são definidas por meio da relação com o sentimento de pertença social, a linhagem familiar, as imposições sociais do trabalho. Dito isso, a autora investigou as representações sociais dos jovens do campo acerca de suas escolas no município de Bragança, Estado do Pará. Para a estruturação de seu referencial teórico-metodológico de coleta e tratamento de dados e dos estudos de currículo, a autora valeu-se do conceito de representações sociais. A conclusão apontou para situações de exclusão social dos jovens do campo em função de relações incongruentes que suas escolas lhes possibilitam em relação a seus anseios e até mesmo das representações que estes jovens têm acerca de suas escolas.

Em "*(Re)conhecimentos Gerais: a escola rural e os múltiplos saberes de um povo geralista, possibilidades e limitações de diálogo*", Teodoro (2010) buscou interpretar possibilidades e limitações na criação de espaços de interlocução entre os saberes por meio da intervenção das organizações locais na educação formal da sub-bacia. Por meio de pesquisa-ação aliada à descrição densa, entrevistas e método de registro característico da etnografia o autor concluiu que a construção de uma educação que se identifique com as demandas dos povos do campo é desafiadora, no entanto, as mobilizações das

organizações sociais no campo têm encarado estes obstáculos com perseverança, alimentando uma perspectiva de futuro que as fazem crer na educação como potencial parceira das iniciativas locais.

Em “*Educação do campo no semiárido: o currículo na perspectiva da contextualização e da organização social*”, Menezes (2012) dedicou-se em investigar a relação entre o processo de contextualização do currículo e a organização social, no âmbito da educação do campo semiárido. Por meio de pesquisa qualitativa descritiva com enfoque metodológico no materialismo dialético, a autora utilizou técnicas de construção das informações da entrevista e da análise documental. Conclui que a relação imbricada entre a contextualização da educação na perspectiva da convivência com o semiárido e as práticas educativas de organizações e movimentos sociais populares. A autora destacou que o comprometimento do poder público com a proposta é ainda muito periférico e incipiente.

Das 11 pesquisas selecionadas inicialmente a partir do descritor “Educação Rural” restaram 3 e foram excluídos 8 trabalhos; 4 tratavam das escolas situadas em assentamentos e a luta por terra dos movimentos sociais, 1 aborda a luta contra o fechamento das escolas, 1 sobre a trajetória de alunos do campo no ensino superior, 1 destaca a patrimonialidade imateriais e por fim 1 analisa a implantação da escola integral.

Na dissertação intitulada “*Currículo e seus significados para os sujeitos de uma escola ribeirinha, multisseriada no município de Cametá - Pará*”, Pinheiro (2009) analisou o currículo na escola multisseriada ribeirinha, identificando quais significados são atribuídos ao currículo escolar pelos alunos, pais, comunitários e a professora. Os dados foram coletados por meio de entrevistas narrativas e semiestruturadas, análise documental do planejamento curricular da escola, do livro didático utilizado para leitura dos educandos em sala de aula; de imagens fotográficas e de desenhos dos estudantes. A pesquisa concluiu que a escola ribeirinha multisseriada necessita de mais participação por parte do governo municipal e os educadores de mais formações e orientações para aprimorar suas práticas educativas.

Em “*O enfoque C-T-S na pedagogia de alternância: saber escolar e a prática cotidiana quilombola na Casa Familiar Rural de Jambuaçu – Moju - Pará*”, Pereira (2015) dedicou-se em analisar como se estabelecem as relações entre

o enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade (C-T-S) e as práticas pedagógicas do Ensino de Ciências na Casa Familiar Rural e quais implicações essas relações produzem na educação do cidadão quilombola de Jambuaçu. Recorrendo a entrevistas individuais e coletivas (grupos focais) semiestruturadas, bem como observações e análise documental, a pesquisa conclui que tanto Pedagogia da Alternância como o ensino com enfoque C-T-S convergiram principalmente pela busca de formação cidadã, associação teoria e prática e estímulo à tomada de decisão.

Em “*A escola e o processo de construção da cidadania: significados e expectativas da população camponesa*”, Franco (2000) analisou as expectativas e significados expressos pelos camponeses sobre a escola, por intermédio de entrevistas e análise documental. Constatou-se a inexistência de uma adequação da escola às especificidades da comunidade, bem como a inexistência de um projeto coletivo e alternativo de educação da própria comunidade, voltado para as suas próprias necessidades.

Dos 10 trabalhos encontrados a partir do descritor ‘Educação Quilombola’, foram selecionadas 5 pesquisas e excluídas outras 5: 2 abordam fechamentos de escolas, 1 trata sobre estratégia de ensino por meio de pesquisa-ação e 2 trabalhos não estão disponíveis para consultas.

Na dissertação intitulada “*A Educação Quilombola na Comunidade Colônia do Paiol - Bias Fortes (MG)*”, Rodrigues (2017) investiga como se estabelece a Educação Quilombola na Escola Municipal Prefeito Joaquim Ribeiro de Paula, as práticas escolares e não escolares desenvolvidas pelos sujeitos da escola e a forma pela qual o município executa suas políticas educacionais. O autor indica que coletou dados por meio de pesquisa participante, em que pesquisador e grupo social estudado adquirem uma posição mútua de estar educando e sendo educado a todo o momento, além de realizar entrevistas semiestruturadas, análise documental e falas dos sujeitos. O estudo conclui que a comunidade vem repensando a escola e problematizando a condução da política municipal, tornando-se protagonista nas decisões que envolvem os seus interesses.

Em “*Defesa da terra por uma comunidade e uma escola sem muros: Educação e cultura quilombolas no Campinho da Independência – Paraty, RJ*”, Barros (2017) aborda as conquistas e conflitos iniciados com a luta pelo território

e estende-se à educação dada às crianças. Por meio de análise documental e entrevistas com as lideranças comunitárias, concluiu-se que a educação e a cultura quilombolas, na perspectiva das lutas da comunidade do Campinho, são indissociáveis da luta pela terra.

Na tese intitulada “No chão quilombola, os rebentos narram suas percepções acerca da escola *de infância da Comunidade Cajueiro I em Alcântara - Maranhão*”, Carvalho (2016) analisou as percepções sobre a escola atribuídas por crianças quilombolas. Os sujeitos são crianças da faixa etária de 7 a 12 anos de idade e, por meio de questionário aberto, uso de narrativas infantis em duas rodas de conversa, a pesquisa concluiu que a escola quilombola não se sustenta em si mesma, pois cada escola quilombola tem sua especificidade.

Em “*Trajetória educacional de mulheres quilombolas no quilombo das onze negras do Cabo de Santo Agostinho - PE*”, Santos (2012) aborda a história educacional de quatro mulheres moradoras do Quilombo das Onze Negras, no Cabo de Santo Agostinho, situado no litoral pernambucano. O método de pesquisa fundamenta-se na história de vida das mulheres, centrando-se, portanto, na história oral, na perspectiva de Paul Thompson e Isaura Queiroz, especialmente por valorizar e possibilitar uma percepção mais profunda das dimensões da experiência de vida das mulheres quilombolas. A pesquisa mostra como as mulheres das Onze Negras superaram as barreiras do racismo, discriminação e preconceito, acreditando na educação escolar como arma de transformação social.

Por fim, a dissertação “*A educação diferenciada para o fortalecimento da identidade quilombola: estudo das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira*”, na qual Silva (2011) analisa os embates de lideranças com representantes da Secretaria de Educação no município de Eldorado, exigindo uma escola diferenciada para o atendimento das crianças e jovens das comunidades quilombolas.

As pesquisas indicam alguns aspectos da educação no campo, desde o distanciamento entre as Diretrizes da Educação no Campo e as práticas escolares, seguida da falta de formação de professores que atendam às demandas da educação do campesinato até a ausência de participação das comunidades na rotina da escola. Vale destacar novamente que, se comparado

com os outros descritores, há poucos trabalhos que abordam as questões das comunidades quilombolas.

De modo geral, as pesquisas resultantes em teses e dissertações corroboram para o entendimento de que, embora estejam previstas na legislação, nos programas escolares e nos projetos político-pedagógicos, as modalidades de educação do campo, na área rural e quilombola não ocorrem de modo integral e efetivamente integrado ao cotidiano escolar.

Algumas pesquisas demarcam e reforçam a pouca participação das comunidades na elaboração dos PPP e das decisões curriculares, no entanto, parecem justificar o descompasso entre escola e comunidade pela baixa participação dos pais e não questionam outros aspectos como os afastamentos decorrentes das exclusões sociais, a forma como as relações entre escola e comunidade são estabelecidas ou mesmo como a ação de aproximar a comunidade apenas em situações pontuais como festas, reuniões para queixar-se do comportamento dos alunos ou organizar mutirões para arrumar o prédio escolar em nada contribuem para essa aproximação.

## CAPÍTULO 2

### COMUNIDADE QUILOMBOLA E ESCOLA: APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS

A gestão anterior da prefeitura de Uauá (2016 a 2020) fez algumas ações para tentar enquadrar a comunidade do Umbuzeiro como território quilombola, entretanto essa não parece ser uma demanda dos moradores da região, já que o principal benefício seria a demarcação de terras quilombolas e essa questão se opõe à condição de que a maioria dos moradores dessa região já são donos das suas próprias terras.

Para analisarmos as relações entre a Comunidade do Umbuzeiro e a Fazenda Santana tanto no cotidiano quando em relação à EMPG Bacurau, utilizaremos como metodologia a pesquisa do tipo etnográfica:

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente, etnografia significa “descrição cultural”. [...] Se o foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados) de um grupo social, a preocupação central dos estudiosos da educação é com os processos educativos. [...] O que se tem feito pois é uma adaptação da etnografia à educação, o que me leva a concluir que fazemos estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito. (ANDRÉ, 1995, pp. 27-28)

A imersão na comunidade do Umbuzeiro para a coleta de dados foi realizada durante duas semanas no mês de julho de 2021. Apesar das condições de restrição desencadeadas pela Pandemia de Covid-19, a pesquisa tornou-se viável porque tenho familiares que moram na região, o que garantiu condições de hospedagem e de acesso à comunidade e aos profissionais da EMPG Bacurau.

Desde o segundo semestre de 2020, tenho estabelecido contato com a diretora que estava à frente da gestão da escola até o final do mesmo ano. Como se trata de um cargo de nomeação e não por concurso público, ela foi substituída devido à mudança na gestão da rede, após a posse do novo prefeito de Uauá. No fim de 2020, consegui conversar por meios remotos com uma moradora da comunidade do Umbuzeiro, que conhece a matriarca da comunidade. Em janeiro de 2021, dialoguei com uma ex-professora da escola, que se prontificou em me

ajudar a localizar as professoras caso a escola estivesse fechada por conta das medidas de segurança em decorrência da pandemia.

Para a realização da pesquisa do tipo etnográfica, elaboramos um plano que direcionasse o foco de observação, bem como roteiros de entrevistas semiestruturadas para coletar a maior quantidade de dados possíveis sobre a identidade da comunidade e a relação com a escola. Contudo, por conta da pandemia, as aulas estavam acontecendo de forma remota. Sendo assim, passamos a analisar além da identidade, a relação entre a comunidade pesquisada e as comunidades do entorno.

Vale destacar que:

[...] a pesquisa etnográfica busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não a sua testagem. Para isso faz uso de um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos de investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta reavaliadas, os instrumentos reformulados e os fundamentos teóricos repensados. O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade. (ANDRÉ, 1995, p. 30)

A intenção era falar primeiro com os moradores mais antigos, sendo assim fui algumas vezes na comunidade apenas dialogar, de forma despretensiosa para colher informações sobre os horários e as localizações dos moradores pretendidos.

Os moradores são pessoas simples, de poucas palavras, alguns monossilábicos, com baixo capital econômico e cultural, mas sabem bem os estigmas que lhe são atribuídos, não estão alheios ao que acontece em outras comunidades e muito menos sobre porque são esquecidos. Para acessá-los, foi preciso respeitar seu tempo e espaço. Nos primeiros encontros segui as diretrizes da comunidade, ouvi muito mais do que falei, até começarem a perguntar do que se tratava a pesquisa e dessa forma, fui tentando aproximar nossas conversas dos objetivos da pesquisa. Já era do meu conhecimento que alguns moradores mais velhos contavam histórias sobre a origem e acontecimentos da comunidade do Umbuzeiro, então meu objetivo era colher o máximo de informações para saber as origens da identidade da comunidade.

Conseguir entrevistar dois moradores antigos, em dias diferentes, seu Abdias e dona Ivone Lara. Pedi autorização para gravar a entrevista, estava

seguro do roteiro de perguntas para não recorrer ao caderno e assim tentar deixar a conversa o mais natural possível. As questões eram introduzidas ao longo da conversa e estavam voltadas para as origens da comunidade do Umbuzeiro, o que eles sabiam sobre a identidade quilombola e como se estabelecia a relação com a Fazenda Santana. Seu Abdias, apesar de muito receptivo e simpático, falou menos. Dona Ivone me recebeu de forma mais desconfiada, entretanto, ao longo da entrevista se soltou e respondeu muitas perguntas, demonstrou orgulho de ser quilombola e com um senso crítico aguçado em relação à falta de políticas públicas para a comunidade do Umbuzeiro.

Como foi dito anteriormente, a princípio a pesquisa pretendia analisar a relação da comunidade com a escola e antes mesmo de viajar para a região, já havia estabelecido contato com duas professoras: Tânia que leciona na EMPG Bacurau e Helena que trabalhava no Centro de Convivência, hoje desativado, dentro da comunidade Umbuzeiro. Como não era possível analisar a rotina da escola, direcionei algumas perguntas para as relações interpessoais e rendimento escolar. Por serem moradoras da comunidade do Ouricuri, julguei importante saber quais eram as perspectivas que ambas tinham sobre a comunidade Umbuzeiro. Marquei primeiro com a professora Tânia e nossa conversa tinha o objetivo de saber como era a relação das crianças quilombolas com as crianças das comunidades do entorno, como era a trajetória escolar dos quilombolas e se a escola tinha projetos voltados para a cultura quilombola. Dois dias depois, retornei ao Ouricuri e entrevistei a professora Helena. Para ela, as perguntas tinham o objetivo de aprofundar como funcionava o Centro de Convivência, sua perspectiva sobre a comunidade e se tinham projetos voltados para a cultura quilombola. Ambas autorizaram a gravação das entrevistas.

Para ter uma perspectiva sobre os moradores da comunidade do Umbuzeiro de alguém da Fazenda Santana, entrevistei duas alunas da EMPG Bacurau, para poder analisar como as crianças e adolescentes da comunidade do Umbuzeiro socializam com as de outras comunidades e assim, analisar as falas das alunas com as das professoras.

Na minha última visita à comunidade, em que fui apenas para me despedir dos moradores e agradecer aos entrevistados, encontrei Basílio na casa da sua sogra, dona Ivone. Percebi que se tratava de uma liderança da

comunidade e pedi permissão para gravar a entrevista. O roteiro já estava decorado, mas para que a participação do Basílio fizesse sentido, direcionei as perguntas sobre como eram as relações entre a comunidade do Umbuzeiro e a Fazenda Santana sobre política e racismo.

Além das gravações em áudios das entrevistas, também foram realizadas anotações da rotina da comunidade do Umbuzeiro, comentários das professoras e sobre os trajetos percorridos.

Silva (2015) destaca a importância das notas de campo e da elaboração do caderno de campo, diferenciando-os em relação à profundidade de descrição dos dados. As notas de campo podem ser tomadas enquanto o pesquisador está em contato com os sujeitos da pesquisa, para que pequenos registros subsidiem a sua memória no momento da elaboração do caderno de campo. Destaca ainda que essas notas devem ser muito esporádicas, pois elas podem intimidar as pessoas se tais anotações parecerem registros de julgamentos de valores. O caderno de campo, ao contrário, deve ser feito em um momento que o pesquisador não esteja com os sujeitos da pesquisa e deve descrever de modo detalhado as observações e conversas realizadas no campo.

Uma das primeiras condições da pesquisa etnográfica é a compreensão dos fatos do ponto de vista nativo. A necessidade analítica da perspectiva torna-se ainda mais fundamental quando observamos que ela é capaz de instrumentalizar o pesquisador de forma a “compreender os fatos” a partir do ponto de análise do outro. Buscar dados que possam compor o quadro de compreensão de cada um dos sujeitos sobre um mesmo evento é fundamental para que se compreenda a rede de relações a que cada um faz parte. (SILVA, 2015, p. 233)

Após a coleta, todos os dados foram organizados à luz das proposições presentes no capítulo “Compreender”, da obra “A miséria do mundo” no qual Bourdieu (2012) destaca cuidados metodológicos, como:

Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções está inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. (BOURDIEU, 2012, p.694)

Os moradores do Umbuzeiro são pessoas simples, com baixo capital cultural e a minha preocupação era não contaminar as respostas dos

investigados com a figura do acadêmico. Tentei, ao máximo, me aproximar sem aparentar superioridade, deixando claro que a pesquisa não traria benefícios de forma direta para comunidade. Conforme alude Bourdieu (2012):

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. (BOURDIEU, 2012, p. 695)

O silêncio também é fala e o pesquisador precisa estar atento a esses sinais tanto para proteger o entrevistado quanto para suspeitar durante a realização das entrevistas e para a análise dos dados (BOURDIEU, 2012). Da mesma forma, a transcrição das entrevistas respeitou a regionalidade linguística de modo a buscar a descrição mais fiel possível.

No item a seguir, apresentaremos a localização e as características da comunidade do Umbuzeiro e a estrutura da Escola Municipal de Primeiro Grau Bacurau.

## **2.1. A comunidade do Umbuzeiro e a EMPG Bacurau**

O município de Uauá está localizado a 460 quilômetros ao norte da capital Salvador, a 356 quilômetros de Aracaju - capital de Sergipe e a 555 quilômetros de Maceió - capital de Alagoas, conforme indica a imagem 1.

**Imagem 1** – Localização de Uauá tendo como referência a capital, Salvador



Fonte: Strava (2022).

Conhecida por ser a “Capital do Bode”, ganhou este título por ter a carne de bode mais saborosa e pela exposição anual de caprinos e ovinos que acontece anualmente. Com uma população estimada em 24.113 habitantes, segundo dados do IBGE (2010), o município de Uauá tem o manejo da caprinovinocultura e a colheita do umbu como principais fontes econômicas. Em época da colheita do umbu famílias inteiras, incluindo as crianças, acordam cedo para procurar os umbuzeiros mais cheios de frutas, afinal os moradores não cultivam essas árvores, já que os frutos são colhidos no meio da caatinga.

Antes da formação de Uauá, as terras pertenciam a um dos maiores latifundiários do século VIII. Conforme aponta Menezes:

A formação do município de Uauá ocorreu no século XVIII, ocasião em que foram desmembradas terras que pertenciam à Casa da Torre do bandeirante e colonizador do sertão Garcia D’Ávila. Em 1815 temos registro das terras de Uauá entre os bens de Garcia D’Ávila, como sítio arrendado a André Gonçalves Batista. Este iniciou a organização de uma fazenda denominada “Uauá”, palavra de origem tupi-guarani, que significa “vagalume”, “pirilampos”, inseto existente naquela época em grande quantidade, às margens do rio Vaza Barris. (MENEZES, 2012, p. 76).

O uauaense também é sinônimo de resistência, muitos lutaram ao lado de Antônio Conselheiro durante a “Guerra de Canudos” e a primeira batalha aconteceu em Uauá. Menezes (2012) destaca ainda que:

Uauá faz parte do cenário histórico da “Guerra de Canudos”. Foi o lugar do primeiro confronto entre o exército brasileiro e os conselheiristas. É importante ressaltar que a comunidade de Belo Monte, o Arraial de Antônio Conselheiro foi formado por pessoas de toda a redondeza e a população de Uauá, não assistiu com indiferença a este episódio. Muitos filhos de Uauá participaram efetivamente da história de coragem e resistência popular emblemáticas na experiência de Canudos. (MENEZES, 2012, p. 76)

O município de Uauá tem uma vasta zona rural e a Fazenda Santana está localizada a 30 quilômetros a oeste da cidade. **Ouricuri está localizado a 8 quilômetros da Fazenda Santana**, notei que os cercados dos sítios são mais organizados, com mais madeira e arame, um indicativo de que as famílias daquela região têm um poder aquisitivo maior. A comunidade do Umbuzeiro está localizada no interior da Fazenda Santana e a 34 quilômetros do município de Uauá, segundo indica a imagem 2.

**Imagem 2** – Localização da escola e da comunidade referente a cidade de Uauá



Fonte: Strava (2021).

**Imagem 3** - Fazenda Santana, onde está localizada a EMPG Bacurau



Fonte: Acervo do pesquisador (2021).

Dentre as comunidades que fazem parte de Uauá, a Fazenda Santana é mais estruturada, pois é lá que está localizada a escola, posto de saúde, pequenos comércios, duas igrejas.

O posto de saúde fica na parte mais povoada da Fazenda Santana, conhecida como "Vila", a cinco quilômetros da comunidade do Umbuzeiro. Lá também está localizada a única escola que atende os moradores locais e as crianças da comunidade do Umbuzeiro e de Ouricuri. Parafraseando os próprios moradores da região do Umbuzeiro, “é de uma légua a caminhada das crianças para ter acesso à educação”.

Alguns moradores já tinham avisado que a escola EMPG Bacurau estava fechada em função da pandemia de Covid-19. Como ela fica próxima da casa dos meus pais, fui tirar fotos da fachada e pude entrar, já que o portão estava aberto. Conversei com a secretária Sandra, que abre a escola para entregar atividades para os alunos que não têm acesso a internet. Apesar de não ter agendado horário, ela foi muito solícita e mostrou todas as dependências do prédio.

A EMPG Bacurau é uma escola simples, com poucos recursos materiais, não possui quadra esportiva, mas tem dois pátios (imagem 4 e 5), precisa de algumas reformas e é bem organizada.

**Imagem 4** - Pátio da entrada da escola



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 5** - Pátio coberto da escola



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

Em uma das vigas do pátio coberto (Imagem 6) que sustentam o telhado, é possível ver o registro da data da fundação da escola, mesmo depois de ter sido coberta com outra pintura.

**Imagem 6** - Viga com o registro da fundação: “08/02/1977”



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

Padre Gregório foi uma figura importante para todo o território, pois ele circulava pelas comunidades e mobilizava ajuda para as regiões mais carentes.

Perguntei se o Padre Gregório tinha falecido esse ano, pois na fachada da escola havia algumas homenagens em forma de pinturas. Sandra relata que o fundador da escola faleceu em 2020.

A escola é composta por quatro salas de aula, semelhantes à imagem 7, uma cozinha (imagem 8), banheiros (imagem 9) e secretaria.

**Imagem 7 - Sala de aula**



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 8 - Cozinha da escola**



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 9 - Banheiros**



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 10 - Área externa da escola**



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

Ao visitar a área externa (imagem 10), perguntei para a secretária se tinha algum trabalho pedagógico com a educação do campo e ela respondeu que não.

A fome, a seca, a miséria e a falta de políticas públicas são marcas de quase todo semiárido e na comunidade do Umbuzeiro essas condições se potencializam devido à falta de estrutura na região.

O centro do Umbuzeiro (imagem 11) é composto por um campo de futebol (imagem 12), cercado por casas (imagem 13), o bar (imagem 14) e uma modesta escola desativada (imagem 14). As outras casas ficam no meio da caatinga e somam aproximadamente 60 moradias.

**Imagem 11** – Comunidade Umbuzeiro



Fonte: Strava (2021).

**Imagem 12** - Campo de futebol, parte central da comunidade Umbuzeiro



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 13** - Casas, parte central da comunidade Umbuzeiro



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 14** - Bar, parte central da comunidade Umbuzeiro



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

**Imagem 15** - Centro de Convivência desativado, na parte central da comunidade Umbuzeiro



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

A comunidade carrega o nome da árvore sagrada da região, mas os moradores dos arredores, de forma pejorativa, chamam os habitantes dessa região de "Paraguais". Durante algumas conversas livres com moradores da Fazenda Santana, ouvi diversas falas preconceituosas quando eu explicava meu interesse em pesquisar a comunidade do Umbuzeiro. Alegavam que lá eles eram “bons compradores e maus pagadores” e que a região era lugar de comércio de drogas, com muita briga de bar e prostituição.

De acordo com Alcione, filha de dona Lélia, a matriarca do Umbuzeiro, *“Ali embaixo tinha uns homens que vieram construir a barragem do projeto e eles dormia ali para debaixo e ali para baixo ele chamava de ‘Tanque véi’ e aqui botaram de Paraguai.”*

A professora Tânia deu sua versão sobre a origem do apelido:

“Pelo que eu ouvi, não sei se é verdade, mas dizem que no Paraguai é um lugar de muita venda de coisa, trocas, feira de rolo, pois lá na comunidade do Umbuzeiro vivem disso de fazer rolo, por conta disso deram o nome de Paraguai. Eu pensava que era atravessando rio, está o Paraguai. Uma vez, perguntei para um aluno, que hoje já está um rapagão, o porquê da comunidade ser chamada de Paraguai e ele me disse que era por conta dessas trocas de coisas.” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau.)

A versão da professora Helena é semelhante ao relato da professora Tânia.

“Pelo que eu pesquisei deles, eles dizem assim, que lá eles compram uma bicicleta velha e depois trocam por qualquer coisa, um lugar de fazer troca. E no Paraguai acontecem essas coisas, aí é por isso, por essas trocas.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro.)

Essa discussão nos remete ao que Elias e Scotson (2000) apontam sobre a origem dessas marcas pejorativas para determinados grupos:

[...] ainda estamos por elaborar um arcabouço teórico passível de verificação para ordenar as observações sobre as fantasias coletivas relacionadas com o desenvolvimento dos grupos. Talvez isso pareça surpreendente, posto que a construção de fantasias enaltecidas e depreciativas desempenha um papel muito óbvio e vital na condução das questões humanas em todos os níveis das relações de poder; e não é menos patente que

todas elas têm um caráter diacrônico e de desenvolvimento. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.37.)

A neta de um morador do Umbuzeiro já falecido disse em uma conversa livre que o termo “paraguai” é carregado de xenofobia, pois estaria ligado à construção conflituosa da identidade da comunidade do Umbuzeiro. A maioria dos seus habitantes são afrodescendentes e alguns moradores reivindicam a condição de quilombola, entretanto, outra parcela dos moradores tem dificuldade de aceitar esta condição, outros demonstram ainda receio devido ao preconceito e têm também aqueles que não veem sentido nos benefícios desta denominação, tendo em vista que já são proprietários de suas terras.

Por todo o preconceito que os moradores da Comunidade do Umbuzeiro sofrem, apresentar vínculos familiares e afetivos foi fundamental para que a coleta de dados ocorresse. A cada encontro era preciso cumprir o “ritual” de comentar sobre nossos parentescos e tomar café. Em todas as entrevistas realizadas na comunidade do Umbuzeiro, fui sabatinado sobre minha árvore genealógica e queriam saber se eu realmente conhecia meus antepassados e sobre a região. Compreendi esses sinais nas primeiras entrevistas e, a partir daí, na maioria das vezes fui sozinho para a comunidade. Fiz questão de antes de iniciar cada entrevista, falar dos meus antepassados e como era significativo ter a oportunidade de percorrer territórios que remetessem às minhas origens. Apesar de ter traçado essas “estratégias”, as conversas antes das entrevistas fluíam naturalmente, afinal, como dizem os nativos, “sou filho daquele território”.

No próximo capítulo apresentaremos a análise de dados que está organizada em três categorias: *identidade*, que aborda a construção conflituosa da identidade quilombola; *racismo*, que abarca as formas como o racismo atravessa a comunidade do Umbuzeiro e a estigmatiza; e *estrutura racista e trajetória escolar*, que trata sobre como o Estado serve para o controle e como suas estruturas racistas prejudicam a trajetória escolar dos jovens da comunidade do Umbuzeiro.

### CAPÍTULO 3

#### VOZES DO UMBUZEIRO

Foram quinze dias de coleta de dados no sertão da Bahia, no município de Uauá, mais precisamente nas comunidades do Umbuzeiro, Ouricuri e Fazenda Santana. Como meus pais moram na região, algumas características, como a pobreza, a falta de emprego, a precarização dos equipamentos públicos e, principalmente, a ausência de políticas públicas já eram do meu conhecimento. Dito isso, conforme Bourdieu (2011):

Efetivamente, a ilusão empirista jamais se impõe sem dúvida tanto como no caso em que, como aquele, o confronto direto com a realidade não ocorre sem algumas dificuldades, e até alguns riscos, portanto sem alguns méritos. E, não obstante, tudo leva a pensar que o essencial do que se vive e se vê no campo, isto é, as evidências as mais impressionantes e as experiências as mais dramáticas, encontra seus princípios completamente em outro lugar. Nada mostra melhor que os guetos americanos, esses lugares abandonados, que se definem, fundamentalmente, por uma ausência - essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc. (BOURDIEU, 2011, p.159)

A primeira visita foi na comunidade do Umbuzeiro. Conheci o território e, através de conversas livres, estabeleci contatos com alguns moradores. Essa experiência trouxe o panorama de qual seria a melhor parte do dia para encontrá-los de forma espontânea, sem precisar marcar horário e, assim, coletar os dados sem perder a autenticidade de uma conversa<sup>5</sup>.

Os entrevistados foram surgindo através das conversas informais e, no primeiro contato com a comunidade, cheguei até o nome de Abdias. Foi seu filho que o indicou. Abdias também me ajudou a conhecer mais moradores, me levou até a casa de dona Lélia, onde conheci a matriarca do Umbuzeiro e suas filhas. Conversamos bastante com suas filhas, já que por conta de suas enfermidades e idade avançada, dona Lélia falou pouco. Suas filhas me indicaram o nome de dona Ivone, outra senhora de muita fibra, que mora na parte central da comunidade. Ela foi casada com Jonas, filho de dona Lélia. Como estava

---

<sup>5</sup> Conforme apresentado no capítulo 2, embora as entrevistas e a seleção dos entrevistados tivessem roteiros e critérios de seleção, busquei manter esses momentos como conversas informais.

interessado em entrevistar alguma mulher que tivesse filho e estudasse na EMPG Bacurau, dona Ivone prontamente me indicou sua filha, mas esta não quis dialogar. Em compensação, sua nora se dispôs a me responder algumas questões nesse sentido. No dia em que fui me despedir dos moradores da comunidade do Umbuzeiro, conheci o genro de dona Ivone, que se apresentou como Basílio. Esse encontro foi uma grata surpresa, pois, além de ser uma pessoa carismática, que se expressa de forma contundente, nota-se que é um líder na comunidade. Seus relatos são fortes e demonstram muito senso crítico com o que acontece entre os moradores da comunidade do Umbuzeiro e os moradores de outros territórios.

Na comunidade do Ouricuri, minha primeira visita foi na casa da professora Tânia. Com ela marquei horário e rodei a caatinga para encontrar seu endereço. Ela me passou o contato da professora Helena, que também mora em Ouricuri e, apesar de não ter formação, foi professora no Centro de Convivência, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atendendo aos alunos na comunidade do Umbuzeiro no formato contraturno. Ambas deram seus depoimentos com muito comprometimento.

Na Fazenda Santana, entrei em contato com o pai de duas alunas da EMPG Bacurau, a mais velha está no 9º ano e a mais nova no 4º ano, ele me autorizou a dialogar com as jovens.

Por fim, vale ressaltar algumas características dos moradores. O Ouricuri, onde residem as professoras, aparentemente reúne as famílias com mais posses e com mais capital econômico, falam bem e conhecem mais pessoas ligadas à política. Os moradores da Fazenda Santana e do Umbuzeiro têm condições econômicas mais limitadas, são mais reservados, contudo minha proximidade familiar facilitou o acesso aos territórios. Durante a coleta de dados algumas pessoas afirmaram que falaram comigo somente por nossos laços familiares. Apesar desse privilégio de adentrar nas comunidades e dialogar sem restrição com os moradores, a moderação, cautela e a consciência do meu distanciamento social estiveram sempre presente. Conforme Bourdieu (2011) sugere:

O sociólogo pode obter do pesquisado mais distanciamento de si socialmente que ele se sinta legitimado a ser o que ele é se ele sabe se manifestar, pelo tom e especialmente pelo conteúdo de

suas perguntas as quais, sem fingir anular a distância social que o separa de si (diferente da visão populista que tem como ponto cego seu próprio ponto de vista), ele é capaz de se colocar em seu lugar em pensamento. (BOURDIEU, 2011, p.699)

A proposta deste capítulo é apresentar e analisar, à luz de autores como Pierre Bourdieu, Nilma Lino Gomes, Silvio Almeida, Norbert Elias e John Scotson os dados coletados no campo, em duas categorias: identidade e racismo.

### 3.1. Identidade

Não se tem uma referência precisa de onde partiu a ideia de que o Umbuzeiro pudesse ser um quilombo, contudo, para saber a forma como essa identidade vem sendo construída, fui até a comunidade dialogar com os moradores.

Acompanhado de meus pais, fui conhecer o território e fazer aproximação. O primeiro contato foi com a dona Ana, com quem já tinha estabelecido diálogos através do *WhatsApp*<sup>6</sup>. Ela é moradora da Comunidade do Umbuzeiro, nos recebeu em sua casa, se prontificou a nos apresentar o território e alguns moradores, mas antes de sairmos para as visitas dona Ana nos apresentou seu companheiro, o senhor Rivelino dos Santos, filho de Abdias, um dos senhores mais velho do Umbuzeiro, que seria um dos entrevistados. Tivemos uma conversa livre, na qual ele nos contou algumas histórias sobre a comunidade. Meus questionamentos, a princípio, estavam atrelados à matriarca do Umbuzeiro, dona Lélia, pois já tinha escutado muitos relatos que ela era uma grande liderança local, que mantinha as práticas religiosas de matriz africana e imaginei que seria uma ótima fonte para investigar o passado da comunidade. Segundo Rivelino:

“Lélia tinha um negócio de bater saravá, negócio de caboclo, quando era mais nova. Agora ela deixou isso, por causa da idade. O véio morreu (Seu Cássio, companheiro da Lélia) que ajudava ela. Ele sabia muita coisa, mas a véia Lélia já tá meia... agora o véio marido dela tinha um filho, Valdomiro, eles sabiam muita coisa disso ai. Agora de véio aqui mesmo é papai, Lélia e

---

<sup>6</sup> WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

o Dedé.” (Rivelino, morador da comunidade do Umbuzeiro e filho de Abdias)<sup>7</sup>

De acordo com o Sr. Rivelino, foram as pessoas do Uauá que caracterizaram o Umbuzeiro como um quilombo, mas não sabe precisar se essas pessoas eram da prefeitura. “As pessoas têm falado, mas antes nem sabia o que era. Vieram uns povo do Uauá e começaram falar o que é isso aí, o que é.”

Em seguida, fomos conhecer seu Abdias, de 76 anos, pai de Rivelino. Ele estava sentado na porta da casa com um ar sereno, um sorriso largo e semblante de quem acabou de encontrar amigos que não via há muito tempo. A residência humilde, com uma arquitetura típica da região, fica mais afastada da parte central da comunidade. A conversa foi bem tranquila. Enquanto minha mãe falava sobre os parentescos que ambos têm, ele me olhava como se fizesse um cadastro. Neste primeiro contato, Abdias se mostrou tímido, mas respondeu algumas perguntas sobre sua infância e achou engraçado meus *dreads*<sup>8</sup> no cabelo. Me apresentei e falei da minha intenção de pesquisa, tomando cuidado para não esbarrar em algum jargão academicista. Expliquei que meu objetivo era conhecer a comunidade e saber se os moradores se identificavam como quilombolas.

A pergunta, a princípio, causou estranheza, mas, aos poucos, fomos ampliando o diálogo. Perguntei sobre o que ele mais se recordava. Abdias lembrou:

“Tinham uns forrós doidos, festas de reis, festas de casamentos, dançava muito e na Lélia tinha candomblé. Eu ia lá (no candomblé), ela me prometeu uma roupa e não me deu, aí não fui mais.” (Abdias morador da comunidade do Umbuzeiro)

Acompanhados com Abdias, fomos à casa da matriarca da comunidade, Dona Lélia, mulher forte, de fibra e muito respeitada pela comunidade. Encontramo-la sentada em uma cadeira de balanço, na calçada, cercada de parentes - cinco adultos e duas crianças. Cumprimentamos todos de longe, pedia a benção da matriarca, respeitando o distanciamento, e como eu era o único

---

<sup>7</sup> As falas dos entrevistados estão entre aspas.

<sup>8</sup> Dread é uma palavra em inglês que em muitos casos é usada como abreviatura de dreadlocks ou lock-dread. Trata-se de um estilo de cabelo caracterizado pela forma natural como cresce, que se tornou famosa na cultura rastafari.

estranho recebi olhares de desconfiança, mas aos poucos foram se soltando e a conversa fluiu. Assim como na casa de Abdias, os primeiros minutos foram de reconhecimento de parentescos e logo vieram algumas risadas sobre a complexidade dos entrelaçamentos das famílias. Dona Lélia, não falou muito, pois do alto de seus 88 anos, segundo sua filha Leci, está bastante debilitada e com uma surdez muito severa.

A conversa com as filhas e as netas foi bastante conturbada, pois em alguns momentos formavam-se grupos falando de temas distintos. Escolhi ficar próximo da filha mais velha da Dona Lélia e puxar assunto, perguntei se ela já tinha ouvido falar sobre a comunidade ser considerada um quilombo e se ela se considerava quilombola, mas quando perceberam que minha pergunta era específica, todos pararam para ouvir.

“Que jeito, tudo moreno! Todo mundo declarou quilombola e já tem é tempo para aquela turma que veio aqui e não voltaram mais.” (Leci, filha de dona Lélia).

Na sequência, todos falaram sobre a falta de um documento que reconheça a Comunidade Umbuzeiro como quilombo. Senti que todos tinham necessidade de falar dos problemas locais e uma das reclamações é que o prefeito não se faz presente.

A fala de Leci nos indica que a condição quilombola parece estar atrelada a essa declaração preenchida e à cor da pele “morena”. No entanto, segui buscando mais informações sobre o tema.

Durante a noite, tinha dado uma “invernada” - que é como a população local chama pequenas pancadas de chuvas – por conta disso, no outro dia, as estradas de acesso ficaram com muita lama e esburacadas. Meu tio Roberto, mais conhecido como Sizenato, me explicou os melhores caminhos e emprestou a moto para que eu pudesse acessar a comunidade do Umbuzeiro e assim, dialogar com seu Abdias.

Parei em frente à casa do seu Abdias, no final da tarde, afinal, depois do almoço o cochilo é sagrado, como me alertaram os moradores. Antes mesmo de desligar a moto, ele surgiu na porta, com um ar de imponência com seus 1,80m de altura, pele escura, cabelo grisalho e com uma voz tranquila me convidou para entrar. Nos cumprimentamos como se fôssemos velhos amigos e, prontamente, me prometeu uma visita antes de eu retornar para São Paulo.

Sabia que isso não aconteceria e, entre risadas, duvidei, mas falei que ficaria esperando e assim iniciamos nossa conversa. Perguntei há quanto tempo os antepassados dele tinham chegado naquele território e se ele se lembrava de algum fato histórico que seus pais relataram sobre a formação da região.

“Nasci e me criei, aqui, na roça. Hoje tô na idade de 76. Meu pai e minha mãe eu nem sei, meu fio, quando foi, isso tem muitos anos atrás, mais ou menos da década de 30 pra lá, se não for mais pra trás um pouco.” (Abdias morador da comunidade do Umbuzeiro)

Seu Abdias se levanta, interrompe a fala, vai preparar o café e, ao mesmo tempo, pergunta dos meus parentes. Seguro ímpeto de tentar trazer o assunto para o tema da pesquisa para que ele se sentisse mais confortável. Aos poucos, foi se soltando e, sem eu perguntar, falou: “Meu avô se chamava Mané Geronimo e minha avó se chamava Candida. Só não conheci minha bisavó, Felipa.” Aproveitei para tocar no tema quilombola e saber o que essa palavra significava para ele, se lembrava algo ou se durante a infância já tinha ouvido os mais velhos usarem. Abdias, com um sorriso irônico responde: “*Eu sei lá!*”. Em seguida, esfregando o dedo no braço e rindo, continuou: “*Dizem que é porque nós somos morenos e chama ‘comlobola’ como é mesmo o nome?!’*”. Segundo Sueli Carneiro (2011):

Um dos aspectos mais surpreendentes de nossa sociedade é o fato de a ausência de identidade racial ou confusão racial reinante ser aceita como dado de nossa natureza. Quando muito, à guisa de explicação, atribui-se à larga miscigenação aqui ocorrida a incapacidade que demonstramos de nos auto classificar racialmente. É como se a indefinição estivesse na essência de nosso ser. Seres transgênicos que escapariam de qualquer identidade conhecida, que nenhum atributo racial e étnico utilizado alhures poderia abarcar por tamanha originalidade. É assim para o senso comum, é assim para a maioria dos intelectuais. Diferentemente de outros lugares, a nossa identidade se definiria pela impossibilidade de defini-la. (CARNEIRO, 2011, p. 63)

Apesar de demonstrar pouco conhecimento sobre o tema e dificuldade de pronunciar a palavra quilombola, Abdias alerta que durante a infância não falavam sobre as questões quilombola: “*Nãããã, menino, isso existiu de uns anos para cá esse negócio de ‘calombola’*. Quando eu era pequeno não existia

*isso não!*” É característico de um país, como o Brasil, marcado pela colonização, ocultar a história daqueles que resistiram, como aponta Catherine Walsh (2009):

Esta colonialidad del poder que aún perdura estableció y fijó una jerarquía racializada: blancos (europeos), mestizos y, borrando sus diferencias históricas, culturales y lingüísticas, “indios” y “negros” como identidades comunes y negativas. (WALSH, 2009, p.03)

Em seguida, questiono se as crianças sabem o que é ser quilombola. Abdias demonstra um certo desconforto quando toco na palavra quilombola e responde: *“Não, só nós mais velhos um pouco, pois inventaram isso de uns tempos para cá, isso de ‘comlombola’...assim...não pagava luz, não sei o que tudo isso inventado.”*

As falas de seu Abdias demonstram o descaso do poder público com os moradores do Umbuzeiro, com relação às questões de identidade e cultura local, por não criarem canais de diálogo. Em diversas conversas informais, a ausência do poder público é a mais apontada pelos moradores. O desconto ou a isenção na conta de luz é apenas uma pequena ação que está longe de ser o ideal.

A estrutura racista parece deixar a comunidade do Umbuzeiro confusa sobre sua identidade. De acordo com Carneiro (2011):

Vem dos tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude [...] (CARNEIRO, 2011, p. 64)

Professora Tânia não lembra o período, mas conta de onde partiu a ideia de imputar à comunidade do Umbuzeiro o título de quilombo:

“Essa temática, pelo que eu sei, até onde eu sei, foi uma equipe da Secretaria de Ação Social, de Uauá, não lembro bem o ano, mas já tem um tempinho. Eles começaram a trazer o tema e mostrar a importância deles se reconhecerem como uma comunidade remanescente de quilombolas, sem falar também nos programas sociais que viriam para aquela comunidade. Naquele tempo, tinha resistência da comunidade deles não quererem se reconhecer, mas pelo que a gente fez um estudo ano passado, sobre a educação quilombola e trazendo aquele histórico todo da comunidade, a gente já percebe que tem uma boa parte das famílias que começaram a se reconhecer e isso é bom.” (Professora Tânia da EMPG Bacurau).

Fiabani (2005) em sua obra *“Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 - 2004]”*, mais precisamente no capítulo *“Quilombo: formação, reprodução e resistência”*, descreve as características de alguns quilombos e a quantidade por estados, apontando a Bahia como aquele com o maior número de quilombos. No entanto, ela destaca:

Poderíamos seguir citando casos para todo o território do Brasil que conheceu a exploração mercantil sistemática seria praticamente impossível relacioná-los na totalidade, pois são muitos e nem todos foram estudados. Os quilombos, com características diferentes, mas todos em geral oriundos de único fundamento - a libertação da capacidade de trabalhar, devido à dependência plena ao escravizador. (FIABANI, 2005, p. 268)

A falta de registro e documentos dificulta mapear a origem da comunidade do Umbuzeiro.

Para conhecer melhor a identidade da comunidade fui até a casa de dona Ivone Lara, uma senhora de poucas palavras, poucos sorrisos, com uma expressão de poucos amigos. Quando me aproximei, ela estava sentada no chão debulhando feijão. Fui prontamente questionado sobre o que eu estava procurando. Mais uma vez, minhas credenciais foram meus ancestrais. A identidade vale muito. Falei de quem era neto, filho e, assim como fiz com Abdias, falei de forma bem resumida sobre a minha pesquisa. Dona Ivone esboçou um sorriso e disse que poderia falar, mas que não se lembrava de muita coisa.

Sentei no chão da varanda, recebi meu copo com café, expliquei que ela foi recomendada por muitos moradores e iniciei perguntando há quanto tempo ela morava na Comunidade do Umbuzeiro. Ainda muito tímida, dona Ivone respondeu: *“Ah, tem muitos tempos, nasci e me criei aqui não sei nem quantos anos têm.”*

Ao ser questionada se a comunidade do Umbuzeiro é um quilombo, dona Ivone mudou o semblante e ao responder demonstrou orgulho: *“É, aqui todo mundo é quilombola. Aqui no Umbuzeiro é tudo quilombola, é tudo moreno, são tudo isso aí.”* Aprofundei e quis saber por que ela achava que os moradores da comunidade, por serem morenos, eram quilombolas, sendo que havia alguns moradores brancos. Dona Ivone explicou:

Se tiver algum branco aqui é porque já é daqui. E tem alguns que são índios, a minha família mesmo é. Os cabelos do meu marido não segurava um cacho, era liso igual o dessa menina aí ó. A avó de meu marido foi pega a dente de cachorro, dizia meu pai. Eles mesmo diziam que tinham pegado ela a dente de cachorro para amansar. Aí se criou essa 'famiona' numa casa veio filho, neto, meu marido era mesmo neto dela. Ela era cabocla brava, esse povo é tudo um pouco de índio e teve essa nação de filho toda aqui." (Dona Ivone, moradora da comunidade do Umbuzeiro)

A história de dona Ivone Lara é muito semelhante a de minha família. Embora sejam escassos os registros oficiais, alguns fatos são passados de forma oral. Meus ancestrais são nativos desta região. Minha bisavó, Basíla Maria de Souza, nascida em 1885 e falecida em 1978, teve 14 filhos. Ela contava que sua mãe era de alguma etnia dos povos originários e tinha sido "pega no laço", utilizando a expressão repetida por minha mãe. O nome que lhe foi dado por quem a capturou foi Paula, mas não sei precisar ao certo qual era seu verdadeiro nome originário. Minha avó, Domingas Maria de Souza, nascida em 25 de março de 1927 e falecida em 25 de maio de 1977, teve 11 filhos e era bem conhecida na região por fazer partos e circular pela Fazenda Santana e Umbuzeiro.

Segundo dona Ivone, quando ela era criança a palavra "quilombola" já era presente na comunidade. Agora, com mais intimidade e no segundo café, ela disse: *"Ouvi muito, ouvi bastante e já estou com 79 anos. Faço dia 15 de agosto se eu acabar de chegar lá."*

Pedi perdão por insistir no tema, já que dona Ivone já tinha me alertado que não lembrava de muita coisa, mas quis saber se os mais velhos realmente falavam sobre serem quilombolas.

"Ouvi meu pai dizer que era tudo moreno. Ainda agora, até de véia, minha mãe que era filha daqui, mas era branca. Mas eu não sei de que família ela era, se era daqui da Santana. Na Santana é tudo amarelo, pois ela era de lá, mas era branca. Agora meu pai era nego, nego, nego e a família dele era toda assim. Igual à do meu marido também." (Dona Ivone, moradora da comunidade Umbuzeiro)

Quando perguntei se tinham moradores que não se reconheciam como quilombola, dona Ivone fez uma pequena confusão, mas deu uma resposta bem interessante: *"Tem assim que quando vê a gente quer ser mais melhor que a gente, porque somos nego e tem muita gente que tem essas coisa aí."*

Falei para dona Ivone que uma moradora tinha comentado que algumas casas tinham a conta de energia isenta por serem quilombolas. Ela retrucou:

“Pagava nada, mas agora veio foi lascando. Tem uma pobrezinha de uma menina ali, que eu acho isso um absurdo, a conta dela veio de R\$ 500 e a coitadinha tava chorando e ela é quilombola. Veio quinhentos e tem outra mais lá que veio quatrocentos, tem um que veio de cento e tanto. Como é que um coitado ganha uma bolsa família pra comer, uns cento e pouco, pra pagar um dinheirão desse?! Paga nunca!” (Dona Ivone, moradora da comunidade Umbuzeiro)

Algumas crianças estavam acompanhando atentamente a entrevista e, no final, em um clima descontraído, algumas mexiam nos meus *dreads*. Perguntei a elas se eram quilombolas, todas responderam que sim. Também perguntei se a escola já tinha falado sobre os quilombolas, todas responderam que não.

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2002, p.39)

Dona Ivone aprendeu com os mais velhos a palavra quilombola, as crianças do Umbuzeiro têm a oportunidade de aprender com ela. Apesar da EMPG Bacurau estar localizada no meio do sertão, não segue o currículo das escolas do campo. Contudo, a gestão parece tentar organizar o currículo para atender a educação quilombola.

A professora Tânia me informou sobre o projeto político pedagógico (PPP) que inclui a educação quilombola. Abordei esse tema e questionei se a secretaria de educação orientou a equipe gestora a dar atenção para os quilombolas, mas a professora Tânia aparenta não ter certeza da origem do projeto voltado para os quilombolas:

“Não, só foi um estudo feito por uma professora da escola, acho que ela já pesquisa isso para tese dela e por conta da pandemia, mas já todo pronto para ser implementado!” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

Quando questionada sobre se na elaboração do projeto, houve participação da comunidade do Umbuzeiro a professora demonstra um certo desconforto e faz algumas pausas antes e durante a fala:

“Que eu saiba, teve a participação das pessoas mais velhas: Abdias. Ele que trouxe algumas informações, mas isso faz parte do histórico. Assim para contribuir para o que pode ser feito na educação dos nossos filhos não teve a participação, mas não posso lhe dizer de certeza, pois essa parte do estudo foi feita por nós professores, essa informações foram trazidas pela professora responsável para o estudo também teve a participação da equipe técnica da parte pedagógica da Secretaria de Educação.” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

Insisti e perguntei se a escola fez alguma assembleia na comunidade do Umbuzeiro para dialogar sobre o projeto político pedagógico. A professora Tânia respondeu: *“A escola em si, não! Teve um evento que ocorreu lá, uma palestra sobre Violência contra Mulheres que a escola foi convidada pela assistente social de Uauá, então levamos os alunos.”*

Na pesquisa intitulada *“Educação do campo e a construção da identidade territorial do aluno da escola do campo do Distrito de Cândido Freire – Giruá (RS)”*, a autora Márcia Eliana Ziech (2017) destaca a importância da participação da comunidade nas demandas escolares:

Lançar um olhar complexo para a escola do campo é considerar os embates sociais, culturais e emocionais aos quais os alunos e a comunidade escolar estão inseridos. A especificidade do contexto da escola do campo envolve toda a comunidade, ou seja, a escola não pode ficar alheia às necessidades e prioridades dos sujeitos que circundam o espaço escolar. É nessa perspectiva que a educação realizada na escola do campo visa ser abrangente, de forma a possibilitar que os alunos sejam capazes de relacionar o espaço próximo com o mundo. (ZIECH, 2017, p.78)

É importante a elaboração de projeto político-pedagógico que aborde as questões raciais para que contemplem *“as formas simbólicas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade dentro e fora do ambiente escolar.”* (GOMES, 2002, p.40). No artigo *“Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos*

*ou ressignificação cultural?*”, a autora destaca a importância de ouvir a quem se destina o projeto.

Um dos caminhos para a sua realização poderá ser o desenvolvimento de uma escuta atenta, por parte dos educadores e das educadoras, ao que os negros e as negras têm a dizer sobre as suas vivências corpóreas dentro e fora dos muros da escola. (GOMES, 2002, p.41)

Sobre as expectativas do corpo docente com relação a educação quilombola incluída no projeto político pedagógico, a professora Tânia respondeu animada:

“Olha, nossa expectativa é que com o passar do tempo, né, a educação melhore e abranja esse público específico, que eles se sintam mais valorizados, que se sintam mais importante, que se sintam envolvidos no meio em que vivem. É a nossa expectativa né?!” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

A elaboração do projeto político pedagógico, voltado para educação quilombola, sem a participação efetiva dos quilombolas demonstra um distanciamento entre a escola e a comunidade do Umbuzeiro. Essa situação dialoga com o que aponta Bourdieu (2011):

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de "fronteira natural"). (BOURDIEU, 2011, p.160)

Perde-se a oportunidade de elaborar um projeto mais próximo da realidade da comunidade. Por exemplo, como aproveitar o caderno de registros que continha relatos dos encontros que a professora Helena fazia com os moradores mais velhos, ação que realizou para registrar e resgatar a história do Umbuzeiro, que infelizmente foi queimado.

Pedi permissão para fotografar algumas folhas e a professora Helena autorizou e explicou o que havia ocorrido:

“Claro, mas tem coisas que não sei o que é. Durante minha gravidez eu me afastei por seis meses, uma pessoa entrou no meu lugar e tudo que eu tinha feito, anotado, construído instrumentos musicais, porque trabalhávamos a cultura daquele lugar, até isso queimaram. Não sei, uma coisa sem noção.”

(Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Demonstrando um semblante triste, comentou sobre os motivos que levaram a queimar o caderno de registro:

“Parece que a pessoa que entrou no meu lugar era da Santana, parece que não gostava de mim e por problema político. Para começar do zero um outro trabalho. Porque quando eu deixei lá era uma coisa que ia dar continuidade.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Nesses cadernos a professora Helena registrava as falas dos moradores mais antigos e muitos deles relataram como, possivelmente surgiu a comunidade do Umbuzeiro. Sempre que se remetia a esses materiais, havia um ar de tristeza por terem sido queimados.

“Fui anotando, nas rodas de conversa, com os mais velhos, como foi que surgiu a história do Umbuzeiro, dos quilombolas, como foi que veio e o nome da comunidade o porquê de ser Umbuzeiro.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

A professora Helena fazia algumas pesquisas e tentava ensinar um pouco da cultura afro-brasileira, explicando de onde surgiu o interesse para criar alguns instrumentos de percussão:

“Ah sim, porque no período de convivência<sup>9</sup> trabalhávamos o resgate da cultura e como era o interesse da Secretaria da Ação Social de conhecer a história do Umbuzeiro, porque lá tem aquela questão dos negros, não se assumiam, hoje até já se assumem, mas antes eles não se assumiam. Aí fiz esse trabalho, teve apresentações de músicas que resgata.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro.)

Quando conta sobre a versão que descobriu em relação à ocupação do território, demonstra entusiasmo.

“Então, existiu um homem chamado Pedrão, conhecido como ‘Pedro Solteirão’, ele veio acompanhado dos ricos do Senhor do Bonfim, veio trabalhar na área de São José, pertinho do Umbuzeiro. O Umbuzeiro ele fazia parte do São José e chegou um homem chamado Alexandrino, ele era um doutor e ele começou a se apossar das terras e veio trazendo algumas

---

<sup>9</sup> Centro de Convivência, era onde a professora atendia os alunos do contraturno.

peças para trabalhar e o Pedro Solteirão era quem tomava conta do gado do Alexandrino e quando chegava a época de seca, eles tiravam os animais para outro campo, eles levaram os gados para um lugar chamado Poço de Fora e lá, dizem que existia uns negro que vinham fugido dos engenhos e esse Pedro Solteirão trouxe de lá duas negras. Ele se amigou com uma e a outra ninguém soube me dizer com quem ela se juntou, mas eu deduzi, através das histórias... porque o Cássio, você sabem quem é, né? O marido de Lélia, ele não contava direito, fugia muito da história. O filho Jonas (Pai da Dona Ivone), o Delfonso me falou um pouco da história que o pai falava, e ele relatou que a outra talvez tenha vindo um irmão do Pedro. O Pedro é tio do Cássio, aí fico deduzindo será que a outra mulher não casou com o irmão do Pedro? Eu deduzi isso. Então começou os quilombolas através dessas duas mulheres negras que vieram do Poço de Fora.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Sua pesquisa nos dá mais detalhes sobre a história do Umbuzeiro.

“Alexandrino era um senhor, um doutor da cidade de Senhor do Bonfim, era muito rico e se apossou de São José de onde o Umbuzeiro fazia parte e aí o que foi que aconteceu, ele vendeu para o Senhor Bernardo. Esse Bernardo se apossou e foi vendendo as terras sem o Estado saber, e vendeu passou tudo para o Senhor Constantino e eram em “80 contos mi reis” (“de réis” moeda da época) e o pagamento acontecia por uma arma chamado ‘cravo rote’ (clavinote) que era uma arma de fogo muito grossa, eles trocavam a terra por essa arma. Depois a compradora de todas as terras foi a Francisca de Lima, ela veio de Jeremoabo (próximo a Canudos), ela não era negra, era branca, muito rica também e que ela se apossou de todas as terras. O nome do Umbuzeiro, a divisão para dividir a comunidade aconteceu nas Pedras de Soim e aí onde foi a divisão tinha muitos Umbuzeiros, a partir daí começou a ser chamada de Umbuzeiro.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Ao perceber que ela conhecia bastante sobre a região, perguntei o que sabia da matriarca da comunidade, dona Lélia, já que não consegui conversar com ela, devido sua saúde bem debilitada.

“Eu ia visitá-la e a gente conversava e ela passava algumas informações. Como ela me disse lá que a mãe da Lélia ela... há duas descendência lá, negros e índios. A família do Cássio é de quilombolas e a família de Lélia de índio e que a mãe da Lélia, das duas negras que vieram, veio vindo outras e a mãe da Lélia vivia no mato e era muito valente e foi pega por cachorro. Lembro que Delfonso me contou que eles viviam no mato e que pra beber água eles cavam um buraco e bebiam a água que brotava, para não deixar pista eles tampavam e seguiam para não serem pegos. Se alimentavam da batata do umbu, do xique-xique e das pontas do caruá e comiam no mato.” (Professora

Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Sobre as práticas religiosas, a professora Helena relata:

“Foi da Lélia que surgiu as culturas que adquiri lá, foi que o Pedrão fez uma igreja e eles festejavam a Nossa Senhora da Conceição que é do dia 2 de fevereiro e aí lá nesse dia que fazia a reza e durante a novena, ficavam nove dias fazendo leilão das coisas que eles conseguiam de roça e no final eles faziam um momento com zabumba, gaita e caixa.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Esses trechos de conversas com os moradores de Santana, Ouricuri e Umbuzeiro nos trazem alguns indícios sobre a construção da identidade quilombola.

Alguns relatos indicam que a discussão é relativamente recente e parece ser trazida de agentes externos: “aquela turma que veio aqui e não voltaram mais” (Leci), a referência à isenção de pagamento na conta de luz, a atuação da Secretaria de Ação Social, para que a população “se assumisse” e a inclusão da questão quilombola no PPP da escola, informações indicadas pela professora Helena, são alguns exemplos. Soma-se a descrição ou a explicação de Leci, Abdias e Ivone de que são quilombolas porque são “morenos”.

A única indicação que remete à relação da região com a forma como os registros históricos indicam a constituição de quilombos - locais constituídos por pessoas fugidas da condição de escravidão e, portanto, eram polos de resistência negra - está na fala da professora Helena, ao descrever as informações que conseguiu coletar em suas conversas com os moradores mais velhos e que estavam registrados nos cadernos que foram queimados: “dizem que existia uns negros que vinham fugidos dos engenhos e esse Pedro Solteirão trouxe de lá duas negras” (professora Helena).

Em outras conversas, há indícios, como o seu Rivelino dizendo que dona Lélia e seu Cássio batiam Saravá ou o seu Abdias contando que ela realizava as festas de Candomblé. Essas expressões religiosas de matriz africana se somam ao relato da professora Helena ao indicar a importância de Dona Lélia para a cultura local e os festejos para Nossa Senhora da Conceição, dia 2 de fevereiro - no sincretismo religioso, dentre as santas católicas, essa é uma das

que corresponde a lemanjá. Comer batata de umbu, xique-xique e pontas do caruá, beber água que brota do chão, as festas com zabumba, gaita e caixa também são expressões culturais de matriz africana e indígena incorporadas ao cotidiano da região e de suas histórias. No umbuzeiro, o Candomblé se manteve especialmente pela ação da família de dona Lélia, no entanto, parece que com a morte de seu companheiro, com sua idade avançada e adoecimento, parte dessas tradições e festas estão deixando de serem realizadas. Outro aspecto relevante está em como as relações familiares são importantes e constantemente presentes no início das conversas. Embora possa parecer apenas um costume da região, ele demonstra a importância dos laços familiares e de origem tanto para a comunidade da Fazenda Santana quanto do Umbuzeiro.

Essas situações parecem sugerir que há uma identidade em conflito. Há costumes e expressões ancestrais que ora se aproximam ora se afastam da construção de uma identidade que podemos denominar como “positiva” para os moradores. A exemplo, sem eu perguntar nada, a professora Helena relata sobre algumas dificuldades que enfrentava no projeto com as crianças do Umbuzeiro e, para se referir a alguns pais, utiliza o termo “bichos do mato”, depois pondera alegando que “pode ser que tenha melhorado”. Peço um exemplo de alguma situação de conflito:

“Olhe, é assim, é um povo ignorante que a gente tava lá se matando, fazendo aquele trabalho, mas não tinha incentivo, a gente falava e virava a cara pra acolá e falava: ‘Deixe de ser besta, ficam inventando coisa!’” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Essa fala foi muito significativa. Perguntei se essa expressão “inventando coisa” era sobre o termo quilombola.

“Não, era qualquer assunto, qualquer assunto que a gente tratasse. O único momento que eles gostavam era o mês de São João porque trabalhávamos quadrilha, comidas típicas, aí você via um povo animado. Quando você colocava um som era dos mais novos aos mais velhos.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Essa perspectiva que a professora tem dos moradores talvez sintetize a relação interna e externa sobre a construção da identidade do Umbuzeiro: aquilo que vem de fora, mas que é considerado pelas pessoas que a exercem como o

resgate da cultura local é tido pelos moradores, por vezes, como “besteira” ou como “coisa inventada”. Já as expressões culturais que fazem sentido para os moradores, como a festa junina, são tomadas de forma integral e ativa. Isso não demonstra uma apatia, mas como o grupo do Umbuzeiro recebe esse tipo de ação.

Essa fala da professora é comum também nas rodas de conversa em outros territórios, o que nos leva ao próximo tema: o estigma, as marcações raciais e as estruturas racistas que atravessam a comunidade do Umbuzeiro.

### **3.2. Racismo**

Alguns moradores já tinham me orientado a procurar por Basílio, por se tratar de uma liderança da comunidade do Umbuzeiro. Ele não mora na comunidade e é um tanto quanto complicado encontrá-lo.

Dona Ana, minha fonte mais próxima, me falou os horários que Basílio costumava ir à comunidade. Segui sua dica e fiquei circulando pelo território até que no último dia de minha estadia na região, encontrei Basílio, seus dois filhos e algumas crianças que circulavam em frente a casa de Dona Ivone. Me apresentei, falamos sobre nossos possíveis parentesco, o café preto foi servido, iniciamos uma conversa despretensiosa, comentei sobre a pesquisa e Basílio demonstrou bastante interesse em saber como era o projeto. Pedi autorização para gravar nossa conversa, ele sinalizou positivamente com a cabeça e iniciou com algumas reclamações sobre as políticas públicas da região, contou sua trajetória na comunidade, relatou insatisfação com algumas lideranças políticas da Fazenda Santana e falou da discriminação que sofre por morar lá.

Basílio é muito conhecido em outras regiões e tem propriedade para discorrer sobre os modos como a discriminação marca a comunidade. Ele relata a má vontade de lideranças da comunidade mais próxima, a Fazenda Santana, de se unirem para um objetivo comum e destaca a discriminação por parte dos moradores da Fazenda Santana:

“Estou com 46 anos e essa pessoa (ele se referia a uma mulher que tem uma forte influência política e é liderança na Fazenda Santana) ia e voltava todo dia da cidade com uma *Hilux* que a prefeitura mandava. Uma pessoa dessa tem moral. Já foi candidata (vereadora), não ganhou, mas teve uma boa

quantidade de votos que na próxima ela poderia ganhar, ela não zelou por esse votos. Então o que eu falei pra ela: 'Fulana, vamos se juntar nós todos, vamos se juntar Santana, Umbuzeiro, Muritiba e vamos botar tudo num prato só. Mas tem uma resistência com nós aqui! Se eu dizer para você que sou rejeitado na Santana, eu sou em primeiro classe! Lá não nos vêem com bons olhos e eu hoje tenho casa da Santana. Vou te dar um exemplo, aconteceu esses dias eu estava sentado na calçada e, às vezes, passam cinco ou seis pessoas indo para igreja e nem dão boa tarde e nem bom dia. Às vezes, quando voltam é que vão ver a gente. Por que na primeira passagem não viram a gente, só viu na volta?' (Basílio, uma das lideranças da comunidade do Umbuzeiro)

Basílio descreve o isolamento da comunidade do Umbuzeiro, mesmo se oferecendo para unir forças com outras comunidades para lutarem junto por melhorias. As lideranças da Fazenda Santana não querem perder os privilégios, como cargos comissionados na prefeitura, licitações dos transportes escolares. Em relação aos benefícios que os grupos dominantes recebem, Bourdieu (2011) aponta:

O espaço ou, mais precisamente, os lugares e os locais do espaço social reificado, e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas dentro dos diferentes campos. Os ganhos do espaço podem tomar a forma de ganhos de localização, eles mesmos susceptíveis de ser analisados em duas classes: as rendas (ditas de situação) que são associadas ao fato de estarem situadas perto de agentes e de bens raros e cobiçados (como os equipamentos educacionais, culturais ou de saúde) [...] (BOURDIEU, 2011, p.163)

Mesmo morando em casas semelhantes e tendo condições materiais parecidas, os moradores da Fazenda Santa não reconhecem Basílio, muito menos a comunidade do Umbuzeiro com dignidade.

A comunidade do Umbuzeiro é estigmatizada por outros moradores das comunidades do entorno, como um território violento, com circulação de drogas e prostituição.

Esse isolamento é ocasionado por diversos fatores, como aponta Basílio em seus relatos. Na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Elias e Scotson (2000) destacam:

O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana

superior - o carisma grupal distintivo - que o grupo dominante atribuía a si mesmo. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.19)

Assim como identificou Elias e Scotson, em 1965, no estudo realizado numa comunidade próxima de Leicester, na Inglaterra, com o nome fictício de Winston Parva, no fim da década de 1950 e início de 1960.

No que concerne aos padrões habitacionais, as diferenças entre as duas áreas não eram particularmente evidentes. Mesmo examinando essa questão mais de perto, era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem a necessidade e a possibilidade de tratar os da outra como inferiores a eles e, até certo ponto, conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.21)

Elias e Scotson (2000, p.21) destacam as características que diferenciam os povoados, o poder dos que chegaram antes se torna um marcador de dominância. O tempo de residência criava a sensação no grupo, de pertencimento, identificação coletiva. De acordo com os autores:

Ali, podia-se ver que a "antigüidade" da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.21)

Em frente à casa de dona Lélia, sua filha Leci, relatou que alguns parentes saem da comunidade, se "criam" em outros lugares e têm vergonha de falar que são do Umbuzeiro. Essa vergonha está ligada ao estigma que é atribuído aos moradores da comunidade. Sair do território e tentar negar a própria origem é inerente ao processo que a cultura dominante imputa aos dominados. Grupos dominantes estigmatizam e rebaixam outros grupos utilizando as qualidades que ela atribui a si mesma como referência. Conforme destacam Elias e Scotson (2000):

Não é fácil entender a mecânica da estigmatização sem um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo. Já afirmei que os grupos dominantes com uma elevada superioridade de forças atribuem a si mesmos, como coletividades, e também àqueles que os integram, como as

famílias e os indivíduos, um carisma grupal característico. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.25)

No relato da professora Tânia fica claro que o racismo marca socialmente as crianças da comunidade do Umbuzeiro:

“Ah nossa e como! Eu já tinha uma ideia desde quando eu trabalhava lá, pois eles me falavam assim ‘os meninos do prédio de baixo’ e no começo eu não entendia o que eles queriam dizer, mas só depois fui começando a entender que eles estavam falando dos alunos da Santana. E eles também diziam: ‘os professores do prédio de baixo não valoriza os alunos aqui do Umbuzeiro’. Só que eles têm um linguajar próprio, até o sotaque...você deve ter percebido. É que eu não sei imitar (Nesse momento ela ri bastante) e os mais velhos têm mais carregado o sotaque. Aí depois fui entendendo que eles queriam dizer que sentiam preconceito.” (Tânia, professora da EMPG Bacurau)

Apesar da sua experiência em ter trabalhado na escola da comunidade e, nos últimos anos, atuar na EMPG Bacurau, Tânia atribui a culpa aos alunos: *“Depois que saí do Umbuzeiro e fui transferida para Santana, que fui entender melhor. E eu acho assim Davi, não era a escola, não era os professores, eram eles mesmos que se isolavam.”*

Tento aprofundar um pouco mais e questiono por que ela acha que são as crianças do Umbuzeiro que se isolam. A professora muda o semblante, fica mais séria e categórica:

“Sim, com toda certeza, se numa sala tinha um grupinho de quatro crianças, jovens de lá do Umbuzeiro eles sentavam ‘eles com eles’. Como fazia trabalho em grupo, tentava separar aquele grupo para tentar fazer interagir com os demais, mas não queriam não. E eu perguntava; ‘Por que vocês não querem misturar? E eles respondiam: ‘Porque não!’” (Professora Tânia da EMPG Bacurau)

A reclamação dos alunos sobre o tratamento diferente que recebem por parte dos docentes não é levado em consideração e a professora Tânia atribui esse “isolamento” aos alunos da comunidade do Umbuzeiro.

Peço para a professora Tânia fazer uma reflexão, tendo em vista suas experiências na comunidade e na EMPG Bacurau, e analisar a relação da comunidade do Umbuzeiro com a escola. Professora Tânia é otimista:

“Olha, Davi, eu percebo que estão se aproximando mais, as famílias colaborando, antes os mais velhos tinham muita

resistência. Os mais velhos falavam que as melhorias só iam para o prédio de baixo e não iam para o Umbuzeiro porque era um lugar esquecido de gente pobre e de gente feia. Eles falavam com essas palavras.” (Professora Tânia da EMPG Bacurau)

Se ver como um ser inferior é algo atribuído pelo grupo dominante que estabelece padrões os quais os pertencem e adjetivam com termos pejorativos aqueles que não fazem parte do grupo. Elias e Scotson (2000) apontam:

[...] os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificção de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior - inferior em termos de sua relação de forças - pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza - o baixo padrão de vida - é um deles. (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.28)

Essa fala da professora Tânia me despertou outros questionamentos com relação à discriminação que os moradores da comunidade do Umbuzeiro sofrem e, conseqüentemente, o sofrimento de seus filhos na escola. Perguntei quais os motivos que levaram os moradores da comunidade do Umbuzeiro a se acharem feios e notei que a professora, mesmo trabalhando há anos na comunidade, não tinha aproximação afetiva com o território. Respondeu de forma simples: *“Não, não sei, não dá para saber o que se passa na cabeça deles, mas eles usavam esse termo, mas agora não, já mudou bastante.”*

Insisto e pergunto se, talvez, os moradores não tenham ouvido esses adjetivos, tanto sobre a comunidade quanto sobre moradores, vindo de outros lugares. A professora Tânia concorda: *“Com certeza, já ouviram e interiorizaram essa fala pra eles!”*.

A declaração firme, acompanhada de uma análise, é de alguém que, possivelmente, já testemunhou algum tipo de discriminação. Questiono se ela já presenciou algum comportamento discriminatório por parte de outras crianças se referindo às crianças do Umbuzeiro assim mesmo, em tom de brincadeira. A professora Tânia responde: *“Não, não, não, pelo que eu percebo essas crianças dessa geração são bem mais abertas, tem mais contato do pouco que observo. Não é o público que eu atendo...”*. Seu semblante e o tom de voz parecem destoar da sua fala, então interrompo e pergunto com qual faixa etária ela leciona

e se em suas turmas têm alunos da comunidade do Umbuzeiro. A professora Tânia relata: *“Deixa eu lembrar... ah sim, tenho o Marquinhos e ele é de boa, e se comparar ele é o mais participativo, esse eu ainda consigo um pouquinho”*. De forma irônica, ela imita a voz e os trejeitos do aluno ao realizar uma pergunta.

A ação de imitar os alunos ou mesmo de comparar uma criança em relação às outras da mesma comunidade remete às expressões de discriminação e preconceito, por vezes veladas, a que essas crianças e adolescentes são expostos. Basílio relata uma situação exemplar que ocorreu na EMPG Bacurau:

“Houve isso muito com criança. Eu tive um problema com a professora, que criança é ‘atentado’ né, e teve uma discussão com a professora lá. A criança queria mijar e ela não deixou. Fui lá conversar com ela, falei: ‘ele tem que ir, tem que ir sim, ou vai colocar o penico debaixo da cadeira? Eu não sou educador, sou analfabeto, mas tenho conhecimento do certo e do errado, e me respeite e respeite a pessoa dele, é uma criança.’ Fomos lá, fomos cá e quando fomos ver as pessoas, as crianças que tinham causado os problemas eram de lá. O pessoal tava todo errado, mas o pessoal de lá eles cobriu e nós não! Então, nós somos discriminados até hoje!” (Basílio, morador na Fazenda Santana, mas nascido na comunidade do Umbuzeiro)

O relato de Basílio destaca a discriminação que as crianças da comunidade do Umbuzeiro sofrem e a proteção mantida para aqueles que são da Fazenda Santana. Elias e Scotson (2000), apontam:

Afixar o rótulo de "valor humano inferior" a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 24)

Uma jovem de 15 anos, que cursava a 6ª série e estava ouvindo as falas do Basílio, a todo momento balançava a cabeça positivamente. Perguntei se ela concordava e ela disse que sim.

Essas discriminações estão ligadas às condições econômicas dos moradores da comunidade do Umbuzeiro, que servem para subjugar as dificuldades de aprendizagem, rir do jeito que falam e, principalmente é uma forma de demarcar superioridade a partir da cor da pele e dá origem quilombola. No capítulo *Paleontologia/ Pálida ontologia: o status da branquidade na*

educação, da obra “*Educação Crítica: análise internacional*” de Michael Whitman Apple, Wayne Au, Luís Armando Gandin (2016), Zeus Leonardo (2011) destaca:

Os brancos existem na medida em que as estruturas reconhecem os corpos brancos como “pessoas brancas”. Mas esse reconhecimento depende da reificação e de uma categoria espúria, para ao mesmo tempo não reconhecer certos humanos como pessoas brancas. (LEONARDO, 2011, p.145)

Segundo a professora Tânia:

“Macaco a gente ouve mesmo aqui na sala de aula na Santana. Tanto é que eu tenho um ex-aluno, do Umbuzeiro que era apegado a mim demais, ele era molecote, terrível, com o perdão da palavra nem o cão podia com ele, mas ele ficou muito apegado comigo e até hoje, depois de mais velho, recebo mensagem dele. Na sala de aula eu ouvia ‘macaco’ pra ali, ‘macaco’ pra acolá. E eu reclamava com os alunos, ainda bem que ele não ligava, mas mesmo assim não pode e tentava conversar com os outros e perguntava: ‘Se fosse com você, você ia gostar? Se ponha no lugar dele.’ E ele, o fulano falava: ‘Fêssora, deixa isso pra lá, fessora!’” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

De acordo com Elias e Scotson (2000):

Todos esses termos simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo outsider, por ele não ficar à altura das normas do grupo superior, por ser anômico em termos dessas normas. (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.27)

Sobre essas formas de “brincar” com o colega, em sua obra *Racismo Recreativo*, Adilson Moreira (2019) aponta:

Esses comportamentos não são apenas atos abertamente racistas. Chester Peirce classificou essas ações que se manifestam na forma de expressões verbais, de representações culturais e de reações físicas como rituais sociais que demonstram desprezo por minorias raciais. Eles estão baseados em sentimentos de natureza negativa em relação a membros de grupos minoritários, sentimentos decorrentes de diferenças de status cultural entre grupos raciais presentes em uma sociedade. Esses atos, mensagens e representações seriam então o que ele chamou de *microagressões*. (MOREIRA, 2019, p.38)

Ao ser questionada se esse tinha sido o único caso de racismo que ela presenciou, a professora Tânia responde:

“Só nesse, mas ele era descarado, ele tinha brincadeiras bobas e chegava em um dava um tapa na testa, chegava em outro puxava camisa e eu falava: ‘Fulano vá se aquietar!’ e os alunos

gritavam: ‘Esse macaco...’. Ainda assim não pode, um erro não justifica outro.” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

A professora crê que o aluno é descarado, que suas brincadeiras são bobas e que suas reações violentas são de sua natureza, ignorando que a discriminação e os estigmas que ele carrega podem gerar essas reações. Como destacam Elias e Scotson (2000):

Surge como uma coisa objetiva, implantada nos outsiders pela natureza ou pelos deuses. Dessa maneira, o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos nós, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo - elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores ou ruins. (ELIAS E SCOTSON, 2000, p.34)

Quando comentei que o que o aluno sofria, em sala de aula, poderia ser racismo, a professora balançou a cabeça negativamente, como se o ato fosse algo isolado e não racismo. Ao contar a história, ela riu. Isso me incomodou e pensei em parar a gravação, mas ela iniciou outro relato:

“Dando aula para os meninos, falei sobre *bullying* e levei um artigo de opinião que tinha como título ‘O jovem e a violência’ e uma das questões era ‘os jovens são vítimas ou vilões da violência?’ e teve um aluno, do 8º ano, que a família é do Umbuzeiro, mas não mora mais no Umbuzeiro, que respondeu que normalmente o que faz desistir da escola é o público, que ele mesmo sofreu na pele e continua sofrendo. Ai eu comecei a falar para os outros também, né: ‘Olha, gente, vocês precisam rever essas brincadeiras porque a gente não sabe o que se passa na cabeça do colega, vocês lembram da última tragédia<sup>10</sup> que aconteceu?’” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

O modo como a professora trata a situação nos remete ao que Almeida (2020) define como “racismo individual”, ou seja, compreende que as expressões de racismo são restritas à ação individual ou de grupos isolados e, portanto, são minimizadas e tratadas apenas com “recomendações” para que revejam seu comportamento.

---

<sup>10</sup> A tragédia a qual a professora se refere ocorreu na cidade de Suzano (SP) no dia 13/03/2019, quando Guilherme Tauci Monteiro, de 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, de 25 anos, ex-alunos do colégio, entraram encapuzados pelo portão principal da escola e executaram um brutal ataque a tiros. <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>

Essas situações que são tratadas sempre como algo menor pela professora aparece também nos relatos de Basílio em relação ao que ouvia na infância em seu trajeto para escola:

“Ah, é discriminação, né?! Muitos, quando eu era criança da idade desse menino, até maior, a gente ia daqui para lá, porque a cultura sempre foi na Santana, o Umbuzeiro foi sempre discriminado e o povo falava: ‘E ficou preto a estrada!’ Óh os nego do Umbuzeiros!” (Basílio, uma das lideranças da comunidade do Umbuzeiro)

Basílio sente o peso das marcações sociais e seu relato demonstra que o racismo em relação ao povo do Umbuzeiro não é algo recente.

Os relatos de Basílio indicam que o território de origem e sua pele escura, chegam antes do que seus sentimentos, visão de mundo, inteligência e cultura. Os moradores da Fazenda Santana os veem como inferior, alguém que apenas reside lá, entretanto que não compartilha dos mesmos valores e princípios, seguindo regras tradicionais já estabelecidas por seus antepassados. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.19).

Apesar de não morar mais na comunidade do Umbuzeiro, Basílio sente orgulho das suas origens e faz questão de ser participativo nas decisões políticas atuando nas reuniões, sejam as organizadas pela prefeitura, sejam as das associações de moradores de cada comunidade.

“Em Santana nós não temos um representante para representar o povo, aqui não tinha água, venho um cara em uma reunião (falou o nome) e trouxe água só para a Santana e excluiu o Umbuzeiro. Só veio água para nós porque fomos lá, ele veio e trouxe os canos e veio água para nós. Fomos lá reivindicar por nossos direitos, porque até os políticos que chegavam na Santana eles falavam os nomes de vários lugares e nada de falar do Umbuzeiro e eu gritava: ‘Lembra que tem o Umbuzeiro!’. Poxa, somos seres humanos, se vem alguma coisa primeiro chega na Santana o Umbuzeiro por último. O ruim nosso, aqui, é a união, pois se a gente apresenta um candidato, se cinco quer, mil não quer, quer ficar cortando. Um quer representar um, outro quer representar outro... tem esse cara aí que é prefeito.” (Basílio, morador na Fazenda Santana, mas nasceu na comunidade do Umbuzeiro)

Segundo Elias e Scotson (2000) os grupos estabelecidos utilizam a estigmatização como forma de controle e ocupação nos cargos de poder:

Era graças a seu maior potencial de coesão, assim como à ativação deste pelo controle social que os antigos residentes conseguiam reservar para as pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, como o conselho, a escola

ou o clube, e deles excluir firmemente os moradores da outra área, aos quais, como grupo, faltava coesão. Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.22)

O estigma e a depreciação auxiliam no controle, pois a própria comunidade oprimida passa a ver na estabelecida um padrão, reconhece no outro as qualidades a serem seguidas e se autodeprecia. Assim, as decisões políticas da região passam a se concentrar nas famílias mais antigas da região da Fazenda Santana, pois são elas que demonstram confiança. Conforme Elias e Scotson:

Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer. O desprezo absoluto e a estigmatização unilateral e irremediável dos outsiders, tal como a estigmatização dos intocáveis pelas castas superiores da Índia ou a dos escravos africanos ou seus descendentes na América, apontam para um equilíbrio de poder muito instável. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23)

Durante algumas falas do Basílio, dona Ivone interrompia para relatar frases que os moradores do Umbuzeiro ouvem quando vão até a Fazenda Santa: *“Eles falavam, os nego véio dos Umbuzeiro! Até hoje! Ah, muito orgulhoso com o pessoal daqui!”*

### **3.3. Estrutura racista x trajetória escolar**

A professora Helena traz o relato sobre algumas falas do Seu Cássio, anotadas no seu caderno, sobre o abandono e a miséria na comunidade do Umbuzeiro:

“Cássio falava que lá, no Umbuzeiro, era um povo isolado, que eles não tinham comunicação com ninguém e que com a chegada do padre Gregório, o fundador da EMPG Bacurau, na Santana, ele dizia assim, está até anotado, aqui: Foi ele quem desencavou o povo!”. Começaram a participar das missas, porque eram celebradas no prédio da Santana e aí o pessoal começou a ir para lá, porque não tinham esse vínculo com a comunidade da Santana. A partir da vinda do padre Gregório em celebrar a missa e fazer um trabalho religioso e até dar comida. Seu Cássio dizia: ‘Padre Gregório dava até comida pra nós,

aqui, nós era um povo sofrido, passava fome.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Os relatos de seu Cássio são de puro abandono de quem tem o controle da máquina pública e vai ao encontro do que Silvio Almeida (2020) aponta sobre o Estado moroso e que ignora as questões raciais:

Nas teorias liberais sobre o Estado há pouco, senão nenhum, espaço para o tratamento da questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica. Nesse sentido, raça e racismo se diluem no exercício da razão pública, na qual deve imperar a igualdade de todos perante a lei. Tal visão sobre o Estado se compatibiliza com a concepção individualista do racismo, em que a ética e, em último caso, o direito, devem ser o antídoto contra atos racistas. (ALMEIDA, 2020, p.89)

O poder público, aparelhado por grupos dominantes, ignora as particularidades culturais e raciais das comunidades quilombolas, reforçando ainda mais os estigmas.

Sobre as concepções de outras comunidades com relação à comunidade do Umbuzeiro, a professora Helena explica:

“Assim, tem pessoas, assim mínimas, que olham com olhar de desprezo, algumas pessoas, mas outras, a maioria, hoje, não tem mais esse negócio de preconceito com o pessoal de lá. Agora eles, o pessoal de lá, eles por conta de ter sido muito desprezados, discriminados e que, hoje, eles colocaram isso na cabeça e acham que o povo da Santana não gosta do povo do Umbuzeiro. Eu não vejo isso não, assim, às vezes tem algumas coisas na escola e não colocaram o povo do Umbuzeiro, para eles já acham que é por conta que estão discriminando eles... e não é, e, às vezes, como a escola é centrada na Santana e o trabalho é realizado lá dentro e como não chega até lá, ou até mesmo aqui no Ouricuri, assim como os meninos daqui estudam lá, o povo aqui não fica com raiva, mas eles ficam, acho que é porque já colocaram esse negócio na cabeça deles essas coisas de preconceito.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Tanto a professora Tânia quanto os moradores relataram que poucos alunos vão para o ensino médio no Uauá. Quis saber como a professora Helena compreendia esse tema:

“Eu acho que isso é da descendência, é porque os pais não tiveram oportunidade e a maioria são analfabetos, eles não conseguem ensinar os seus filhos desde pequeno, não estimulam e, aí eu vejo isso, crescem desestimulados. Vejo crianças do quinto ano, do sexto ano, eles não têm ajuda dos pais, os pais não sabem responder uma atividade.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

A comunidade é esquecida pelo poder público, a situação é precária e a educação é uma delas, a análise da professora Helena não alcança as causas estruturais e apenas indica as condições familiares precárias como o motivo das dificuldades escolares dos moradores. O baixo capital cultural e econômico faz com que os jovens da comunidade do Umbuzeiro fiquem sem perspectivas de uma educação de qualidade. Sobre falta de capital Bourdieu (2011) destaca:

Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar. (BOURDIEU, 2011, p.163.)

A professora Helena relatou que tinha contato com as professoras da EMPG Bacurau e que elas alegavam que as crianças de lá, da comunidade do Umbuzeiro, não aprendiam:

“Sim, eu tinha! E falavam que eles não tinham aprendido e lá tínhamos um momento de apoio para ajudar nas atividades da escola e eu vou lhe dizer, eu ficava quase doida, eles não sabem, não sabem.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Perguntei se houve alguma ação por parte da direção ou dos professores de irem até a comunidade do Umbuzeiro para conhecer a cultura e a realidade que os moradores vivem.

“Sim, da Bacurau sim. Teve uma vez que a gente fez uma apresentação e foi a escola, juntamente com o Serviço de Convivência, foi um belo trabalho, toda escola foi e tenho as fotos. Foi uma dança, teve todo um trabalho de resgate, para eles se apreciarem como negro.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

O centro de convivência estava localizado no Umbuzeiro e o prédio atendia as crianças em contraturno, com as mais variadas atividades sociais,

desde reforço escolar, passando por questões étnico-raciais, onde se abordava desde temas como os quilombos até campanhas de vacinação e saúde. Lá a professora Helena dava aula de reforço:

“Eles estudavam de manhã na Bacurau e de tarde ficava comigo no serviço de convivência no Umbuzeiro. Era um programa, porque lá tinha essa questão do trabalho infantil. São pessoas necessitadas e os filhos também estavam nessa cultura de roça, esse negócio todo, por isso o trabalho do Serviço de Convivência, antigamente era chamado de Programa de erradicação do Trabalho Infantil.” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Além de dar aula de reforço, a professora Helena tinha outras atribuições da sua função:

“Era trabalhar temas de conscientização. Por exemplo, falar do abuso, falar do trabalho infantil, sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, os deveres e o momento do apoio que tinha era para ajudar nas atividades que eles tinham dificuldades e a gente tava lá dando reforço matemática, português e sobre a cultura quilombola. Era eu sozinha, muito sofrimento!” (Professora Helena, lecionou no Centro de Convivência da comunidade do Umbuzeiro)

Segundo a professora Helena, as crianças da comunidade do Umbuzeiro não gostam da escola e só vão porque os pais obrigam para não perderem o “Bolsa Família”<sup>11</sup>.

Em relação às relações entre as crianças da comunidade do Umbuzeiro e as da Fazenda Santana, a professora Helena comenta: *“Lá eles ficavam mais entre eles, mas aqui eles como são, só eles, aí quando se juntavam, menino de deus era uma festa desse povo.”*

Caroline, moradora da Fazenda Santana e aluna da EMPG Bacurau confirma o relato da professora Helena:

“Eles sempre sentam no fundo, eles gostam mais do fundo, mas no ano que estudei, era uma turma mais agitada, tinham alguns alunos mais bagunceiros, aí eles se juntavam e brincavam.” (Caroline, moradora da Fazenda Santana e aluna da EMPG Bacurau)

---

<sup>11</sup> O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836/04 durante o Governo Lula (PT). Trata-se de um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Tentei compreender melhor e questionei se os bagunceiros sempre se agrupavam com as crianças do Umbuzeiro ou se eram as crianças do Umbuzeiro as bagunceiras, mas Caroline só falou “É também” e deu risada.

Segundo as professoras Tânia e Helena, nas turmas dos anos finais, quase não há crianças da comunidade do Umbuzeiro. Caroline, que está no último ano, comenta:

“Eles têm dificuldade e sempre repetem de ano. Não conseguem pronunciar algumas palavras, não é aquele aluno participativo, a professora pergunta se entendeu e ele não dão nenhum sim ou não como resposta. São tímidos, não falam, acaba ficando mais difícil para eles.” (Caroline, moradora da Fazenda Santana e aluna da EMPG Bacurau)

Essas características relatadas por Caroline me motivaram a perguntar se ela notava que as crianças da comunidade do Umbuzeiro eram discriminadas pelos colegas ou por professores:

“Sim, do falar deles, ficavam arremedando<sup>12</sup> eles! Minha sala sempre foi assim, bagunceira! Os professores tratam todos iguais e reclamam com essas brincadeiras sem graça.” (Caroline, moradora da Fazenda Santana e aluna da EMPG Bacurau)

Elias e Scotson (2000) destacam a forma como eram tratadas as crianças da comunidade, que foi seu objeto de pesquisa, e essa situação dialoga com os relatos de Caroline:

As crianças e adolescentes da minoria desprezada do loteamento habitacional eram evitados, rejeitados e tratados com frieza pelos colegas “respeitáveis” da “aldeia”, com um rigor e crueldade ainda maiores do que os reservados a seus pais, porque o “mau exemplo” que davam era uma ameaça às defesas dos jovens “respeitáveis” contra seus próprios impulsos internos de desregramento; e, como a minoria mais rebelde dos jovens sentia-se rejeitada., procurava revidar, portando-se mal de maneira ainda mais deliberada. Saber que, sendo barulhentos, destrutivos e insultuosos, eles conseguiam incomodar aqueles por quem eram rejeitados e tratados como párias funcionava como um incentivo adicional para o “mau comportamento”. Eles gostavam de fazer exatamente as coisas que lhes eram censuradas, como um ato de vingança contra aqueles que os censuravam. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.30)

---

<sup>12</sup> Arremedar = imitar.

As crianças da comunidade do Umbuzeiro, além do baixo capital econômico e cultural, são vistas como bagunceiras, tanto pelas professoras entrevistadas quanto pela colega de classe, Caroline. Contudo, suas dificuldades na aprendizagem e comportamentos mais agitados também têm origem na discriminação que sofrem tanto com os estigmas como na forma de serem ignorados e naturalizados como inferiores.

Caminhávamos para o final da entrevista, Roberta falou pouco e só concordava balançando a cabeça, por outro lado, Caroline já estava mais falante, a timidez tinha desaparecido e relatou a quantidade de alunos da sua classe:

“Agora só tinha oito, é que no 6º ficavam quase todos para repetir de ano e ficamos só com oito e porque já tinha a X<sup>13</sup>. Ela já estava na 8º, ela era mais velha. Depois nós fomos para o 9º e ela repetiu de novo, ficou dois anos. Agora ela desistiu, foi morar com o marido e não vai mais para escola.” (Caroline, moradora da Fazenda Santana e aluna da EMPG Bacurau)

Fiquei surpreso com o relato da gravidez e pelo fato da jovem já ser casada. Caroline comentou *“Eles são assim mesmo, eles arrumam marido cedo, engravida cedo.”* Apesar de nunca ter ido na comunidade do Umbuzeiro, a jovem já tem algumas concepções sobre os moradores e a cultura do território.

Outro fato que demonstra como a estrutura racista atravessa a comunidade do Umbuzeiro são as trajetórias escolares dos moradores. São raros os casos de jovens que concluem o ensino médio.

Os alunos da EMPG Bacurau precisam se deslocar até a cidade de Uauá para cursarem o ensino médio. A professora Tânia relatou que são poucos os alunos, moradores da comunidade do Umbuzeiro, que cursam e o número dos formados é ainda menor. Perguntei sua hipótese sobre os motivos dessas desistências:

“Olha, me falaram que muitos desistem por conta do preconceito que encontram lá no colégio. Nesse tempo encontrei algumas ex-alunas e elas falaram que ficavam chamando elas de ‘roceiras’ e que elas ‘vivem no mato’.” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

Questiono se ela já ouviu relatos de outros alunos das comunidades do entorno que reclamam e desistem dos estudos por conta da discriminação.

---

<sup>13</sup> Ela fala o nome da única jovem da comunidade do Umbuzeiro.

“Até hoje só ouvi falar essas histórias com os do Umbuzeiro, com os da Santana não. Alguns da Santana desistem, mas nunca ouvi falar que foi por conta de preconceito. Essas falas são com os do Umbuzeiro” (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

Além da discriminação, os jovens oriundos da comunidade do Umbuzeiro não se sentem pertencentes ao lugar, tendo em vista o baixo capital cultural e não reconhecem esses espaços como algo que realmente transformará a realidade em que vivem. Conforme alude Bourdieu (2011):

Sob pena de se sentirem deslocados, os que penetram em um espaço devem cumprir as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes. Pode ser a posse de um certo capital cultural, cuja ausência pode impedir a apropriação real dos bens ditos públicos ou a própria intenção de se apropriar deles. (BOURDIEU, 2011, p.165)

Quais características as crianças do Umbuzeiro carregam para serem discriminadas no Uauá? Perguntei à professora Tânia.

É uma boa pergunta, nunca parei para conversar, nem para saber de fato o que acontece lá para eles assimilarem esses comentários e fazer com que eles desistissem. Fico pensando, por que desistir? Pelo menos não discriminam pela cor, mas o estranho é que os alunos da Santana não falam que são chamados de roceiros. (Professora Tânia, leciona na EMPG Bacurau)

Tanto as crianças da comunidade do Umbuzeiro, quanto da Fazenda Santana e Ouricuri residem nas zonas rurais, vivem da agricultura e precisam se deslocar até Uauá para cursar o ensino médio. O relato da professora poderia ser um indício de alguns casos de racismo, pois os moradores da comunidade do Umbuzeiro têm a pele mais escura e um sotaque diferenciado, o que seriam formas para distingui-las das outras crianças oriundas da caatinga. Os fatores que levam as crianças da comunidade do Umbuzeiro a desistirem do Ensino Médio necessitam de um aprofundamento mais preciso, porém a discriminação, possivelmente, pode ser um desses fatores.

Quando questionei sobre a trajetória escolar dos jovens da comunidade do Umbuzeiro ficou claro que são poucos os que ingressam no ensino médio. Basílio chegou a citar os nomes de alguns.

“É que não tinha muito andamento nos estudos e tá passando para o primeiro ano para ir até Uauá. Até hoje não tá tendo, até uns 10 anos atrás teve gente que ainda foi, umas três pessoas...”

o Adailton, foi a irmã e a Rose. É tem uns 10 que foram daqui para o Uauá.” (Basílio, mora na Fazenda Santana, mas nasceu na comunidade do Umbuzeiro.)

Na dissertação “*O direito à educação no campo: a “voz” dos estudantes das escolas do Ribeirão Seco - Itabuna - Bahia*” o autor, José Carlos Sena Evangelista (2012) faz um destaque depois das respostas de um dos entrevistados sobre a falta de escola na comunidade:

O discurso de Lucas tem um tom reivindicatório de quem sabe o quanto é difícil sair de casa às quatro horas da manhã para estudar e só retornar às catorze ou quinze horas sem o almoço. Ter escola do segundo ciclo do Ensino Fundamental e escola do Ensino Médio ampliaria a possibilidade de muitos meninos e meninas, rapazes e moças sonharem com a conclusão dos estudos no nível médio, quiçá no ensino superior. Esta opinião não é compartilhada pela estudante Adriana, que afirma que, se tiver escola dos anos finais do Ensino Fundamental, a comunidade vai ser penalizada com a baixa qualidade do ensino. (EVANGELISTA, 2012, p.73)

Quem mora no território sabe bem como são os sofrimentos diários, o descaso e falta de atenção por parte daqueles que estão no poder, contrasta com visão da professora Tânia ao apontar:

“Lá está numa situação que Deus benza que continue assim. Pelo que ouço falar, já fui professora lá na comunidade, trabalhei 4 anos e eu posso lhe dizer assim dessa época eles já tinham uma certa comodidade porque eles já tinham carros para transportar alunos do fundamental II até a escola e o ‘prédio’ (Aqui ela se refere à escola desativada do Umbuzeiro) atendia o pré-escolar e fundamental I e tinha também uma creche, só que quando fui trabalhar lá a creche já não existia mais. E eles já tinham transporte, professoras... então já foi uma comunidade já assistida, mas o que eu já ouvi falar da pobreza extrema daquela comunidade é de cortar o coração. Meu marido, que mora aqui faz tempo, conta muita história. Eu não sou daqui, sou forasteira, sou de uma fazendinha na divisa de Curaçá e Uauá, se chama Serra Grande.” (Professora Tânia da EMPG Bacurau)

Tânia relata o período que trabalhou na comunidade do Umbuzeiro:

“Nessa escola eu trabalhei durante seis anos, foi quando a escola fechou porque o número de matrícula foi reduzido e eu fui transferida para Santana e isso vai completar 10 anos e estou na Santana há 10 anos e estou lá até hoje.” (Professora Tânia da EMPG Bacurau)

Dona Ana, nora de Abdias, destaca os motivos que levaram ao fechamento da escola e as soluções encontradas para as crianças continuarem seus estudos:

O juiz, ou o prefeito fechou, pois tá com essa quantidade menor de criança. Então tem um carro da prefeitura que passa e leva as crianças para estudar na Santana. Na minha época a gente ia a pé, às vezes o carro quebra e eles vão a pé e tem uns que preferem ir a pé. Agora eles não tão indo, uns estudam pela internet, os que não tem, o rapaz da escola, um menino de moto, vem trazer na segunda e na sexta ele vem e recolhe. (Dona Ana, moradora da comunidade Umbuzeiro)

Para sanar ou, ao menos, diminuir a precarização que a comunidade vive, minimamente o poder público deve se fazer presente e a ausência dele é apontada nos depoimentos dos moradores frequentemente. A solução para a oferta de educação, apesar de ter o edifício escolar, é deslocar as crianças e jovens para outra região. Como vimos anteriormente, as marcas negativas à comunidade do Umbuzeiro também se fazem presentes no cotidiano da vida escolar na Fazenda Santana. O descaso do Estado surge nas políticas de austeridade, fechar a escola por ter número de matrícula reduzido é ignorar o quanto a escola inserida na comunidade do Umbuzeiro poderia resgatar e auxiliar na construção e manutenção da identidade quilombola e não apenas dar desconto em contas de luz. Encaminhar as crianças para escola mais próxima, ignorando que elas podem sofrer discriminação por serem quilombola é outro descaso que se soma com a precariedade do transporte que leva as crianças.

Silvio Almeida (2020) destaca o poder de quem comanda o Estado regula a vida da população através das instituições, podemos deduzir que com a educação não é diferente, decidindo assim quem terá condições de ter acesso com qualidade e aqueles que terão seus caminhos mais amargos

A soberania torna-se o poder de suspensão da morte, de fazer viver e deixar morrer. A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer. O biopoder, como Foucault denomina este modo de exercício do poder sobre a vida, é cada vez mais “disciplinar e regulamentador. (ALMEIDA, 2020, p.114)

A indignação com o poder público e o sentimento de abandono eram nítidos na fala e no semblante de dona Ivone. Quando questionada sobre a

situação da escola da comunidade. Com um ar de tristeza e revolta, dona Ivone comenta: *"Não funciona nada, levam toda essa meninada lá para baixo, judiam delas, nos carros e era melhor que fosse aqui, tem uns pequenos. Mas hoje fechou tudo."*

Para quem é de fora, a escola na Fazenda Santana com o transporte oferecido é "o melhor", já para quem os utiliza para conduzi-los a mais preconceito, o fechamento da escola não foi algo positivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori a intenção de pesquisa era analisar da relação escola com a comunidade, por isso o levantamento dos trabalhos foi feito com essas palavras chave, mas por conta da pandemia a pesquisa foi redirecionada para a relação entre identidade e racismo

Tratar sobre identidade e racismo são temas de suma importância, pois as suas expressões são múltiplas e, por vezes, naturalizadas e estereotipadas tanto por aqueles que oprimem quanto pelos que são oprimidos.

Essa pesquisa teve como questões centrais a identificação dos elementos que constituem a identidade quilombola dos moradores da Comunidade do Umbuzeiro e as relações estabelecidas por eles com as demais comunidades que compõem a região do Uauá.

Os dados foram coletados durante 15 dias, com 12 pessoas de diferentes idades que moram nas comunidades de Ouricuri, Umbuzeiro e Fazenda Santana, localizados em Uauá, município do sertão da Bahia. Todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente organizadas em dois eixos centrais: identidade e racismo.

Entre os moradores mais velhos e um dos entrevistados que é líder na comunidade do Umbuzeiro constatou-se que a identidade quilombola surge nas falas como algo atribuído externamente, por influência do poder público e pela escola, entretanto outros entrevistados contam ter ouvido sobre serem quilombolas nas histórias contadas por seus pais e outros moradores mais antigos. As justificativas para se afirmarem como quilombolas é a pele “morena”. Embora de modo indireto, a identidade também se refaz cotidianamente nas relações mediadas pelos laços familiares e pelas conversas regadas a café. Recorremos a Nilma Lino Gomes (2012) para analisar essas expressões que tornam a construção da identidade quilombola na comunidade do Umbuzeiro conflituosa. Há moradores que demonstram orgulho de serem quilombolas, mas há relatos de pessoas que, quando saem de lá, tentam apagar sua origem.

Tal comportamento expressa aspectos apresentados no segundo eixo de análise da pesquisa: o racismo. A comunidade do Umbuzeiro está isolada politicamente, não conta nem com escola, nem com posto de saúde e os

moradores reiteradamente reforçam o abandono que vivem e que suas demandas são sempre ignoradas. Para conceituar o racismo estrutural que atravessa a comunidade recorreremos a Silvio Almeida (2020) destacando a pouca participação dos moradores da comunidade do Umbuzeiro nas decisões políticas nas assembleias organizadas pela associação dos moradores das comunidades do entorno e o descaso do poder público.

Tanto nas pesquisas levantadas quanto nos dados coletados por este trabalho nota-se a ausência do Estado quando se pesquisa educação no campo, educação quilombola, o que reforça o dado de que os locais mais afastados ficam sem assistência. Da mesma forma, os conhecimentos ancestrais são transmitidos entre as pessoas, mas essa não é uma ação que diz respeito ao espaço geográfico/ físico, mas é algo que garante a perpetuação da história dos povos nativos e, portanto, o resgate da sua origem. A construção da identidade passa pela história que um determinado grupo, mas não a determina. A identidade é resultado de uma construção em movimento.

As expressões de racismo são corriqueiras: o termo “paraguaios” atribuído aos moradores do Umbuzeiro desvela uma das faces da discriminação na medida em que é associado, de forma pejorativa, às trocas, rolos e à ideia de falsificação. Os moradores da Fazenda Santana reforçam que “os paraguaios” são bons compradores e mal pagadores e a região sempre é associada à violência, à prostituição e às drogas. Ser nascido no Umbuzeiro significa ser ignorado ou discriminado pela cor da pele e pelo sotaque. Tal discriminação parece ocorrer justamente por ser um território constituído por uma população predominante preta e quilombola.

Elias e Scotson (2000) nos ajudaram a compreender como alguns estigmas são criados e reforçados por grupos dominantes para manter os dominados isolados e sem poder de decisão.

A discriminação e os preconceitos vividos pelos moradores do Umbuzeiro também são nítidos na escola. A partir das entrevistas com as professoras, uma da EMPG Bacurau e outra que trabalhou no Centro de Convivência, fica evidente que as crianças oriundas da comunidade do Umbuzeiro sofrem racismo na escola. Essa constatação é corroborada por duas alunas da Fazenda Santana que também foram entrevistadas. O isolamento durante as aulas e no intervalo, as dificuldades no aprendizado e xingamentos

como macaco são recorrentes nos relatos daqueles que já passaram pela escola em outras décadas, mas que ainda estão presentes nos exemplos das professoras ou das alunas que cursam o Ensino Fundamental. Essas expressões recorrentes demonstram as marcas que as crianças do Umbuzeiro carregam em suas vidas escolares. Esses alunos também são os mais reprovados no 6º ano do Ensino Fundamental, os que abandonam a escola e que não chegam a cursar, em sua maioria, o Ensino Médio em Uauá.

No entanto, o baixo desempenho escolar e a evasão são geralmente explicadas como consequência da baixa escolaridade dos pais e demais familiares que não valorizam a educação ou que não a veem como referência. Conforme os relatos demonstram, as situações de racismo não são combatidas na escola e, ao contrário, são minimizadas e consideradas “brincadeiras de mau gosto”.

Todos esses fatores indicam que a relação escola-comunidade do Umbuzeiro tem muitos temas para serem pesquisados. Soma-se a essa constatação o levantamento das produções acadêmicas, que demonstraram que há poucos trabalhos que abordam as questões das comunidades quilombolas e auxiliaram na compreensão de que em relação aos descritores “educação no campo” e “educação rural” existe um distanciamento entre a legislação, os projetos políticos pedagógicos, o currículo e a formação de docentes que contemple efetivamente as demandas desses territórios.

Tendo como referência as definições de racismo estrutural de Almeida (2020), pode-se considerar que as opressões que a comunidade do Umbuzeiro sofre perpassam os ataques individuais (racismo individual), as negligências das instituições, abandonando os moradores e ignorando suas demandas (racismo institucional), para se configurar como uma estrutura racista que exclui os jovens da escola e por consequência da possibilidade de empregos mais qualificados - ou menos desqualificados. Conforme Elias e Scotson (2000) nos ajudam a compreender, parte desses jovens, quando encontram caminhos de sobrevivência na ilegalidade reafirmam os preconceitos a eles atribuídos - como se a “escolha” fosse quase que uma determinação biológica e não condicionantes do racismo estrutural (Almeida, 2020), que atinge pretas e pretos, tornado assim a região do Umbuzeiro uma expressão daquilo que acontece nos sertões e nas periferias dos centros urbanos no Brasil.

Se considerarmos que a identidade se constrói na interação, “se considerarmos que a identidade se constrói na interação, conforme Gomes (2002) destaca, fazendo referência a Jaques d’ Adesky, podemos afirmar com certa segurança que a identidade quilombola é resultado dos processos de racismo e discriminação vivenciados pela comunidade do Umbuzeiro e não como algo essencializado e natural que diz respeito à história desse povo, portanto o conflito não está na identidade, mas nas relações sociais.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2020.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ARAÚJO, Albertina Maria Ribeiro Brito de. **Educação do campo - campos de disputas**: um estudo de caso nas comunidades rurais de Ribeiro, Lagedo e Gameleira. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ARAÚJO, Ana Keuria Mercês. “**Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes**”: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implantação da lei 10.639/2003 na escola do Campo do Patuá na Amazônia paraense. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016.

BARROS, Ana Fiorim. **Defesa da terra por uma comunidade e uma escola sem muros**: Educação e cultura quilombolas no Campinho da Independência – Paraty, RJ. 2017. 109f. Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, 2017.

BOURDIEU, Pierre (org). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARNEIRO. Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Herli de Sousa. **No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola de infância da comunidade Cajueiro I em Alcântara/MA**. 2016. 248f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COSTA, Luciélio Marinho da. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tiradentes/Mari-Pb**: desafios e possibilidades para a educação do campo. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CRUZ, Elenciria Oliveira da. **A Escola no campo: ouvindo crianças e adolescentes da zona rural do Município de Viçosa**, MG. 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado em Economia familiar; Estudo da família; Teoria econômica e Educação do consumidor) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EVANGELISTA, José Carlos Sena. **O direito à educação no campo**: a voz dos estudantes das escolas do Ribeirão Seco - Itabuna - Bahia. 111 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FIABANI, Ademir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONTES, Roberta Brangioni. **Sonhos e memórias de re-existências no campo: juventudes e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

FRANCO, Daniel de Oliveira. **A escola e o processo de construção da cidadania: significados e expectativas da população camponesa**. 2000. 211f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Mestrado em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do cempesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Aletria. 2002. Disponível em: [www.letrasufmg.br/poslit](http://www.letrasufmg.br/poslit). Acesso: 18/01/2022.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso: 16/01/2022.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?**. Revista Brasileira de Educação. N. 21. Rio de Janeiro: 2002.

GONÇALVES, Marilei de Fátima Ferreira. **Povos e comunidades tradicionais: relações com a escola do/no campo**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

HERNANDES, Maria Lúcia Giozza. **Projeto Político Pedagógico - documento e/ou instrumento**. 79p. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Jaguarão, 2019.

KLEIN, Sonia Francisco. **Educação do Campo: um estudo sobre cultura e currículo na escola municipal de ensino fundamental Crubixá - Alfredo Chaves - Espírito Santo**. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2013.

LEONARDO, Zeus. **Paleontologia/ Pálida ontologia: o status da branquidade na educação; in APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luis Armando. Educação Crítica: análises internacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LIMA, Fabiana Ribeiro Souza. **Cotidiano em uma escola rural: representações de uma comunidade escolar**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Instituições

sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas. **As representações sociais dos jovens do campo, acerca de suas escolas**. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2008.

MENEZES, Ana Célia Silva. **Educação do campo no semiárido: o currículo na perspectiva da contextualização e da organização social**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOURA, Edinara Alves de. **Lugar, saber social e educação no campo: o caso da escola municipal de ensino fundamental José Paim de Oliveira, distrito de São Valetim, Santa Maria, RS**. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

MOURA, Wender Vicente Teixeira de. **Desafios na implementação das Diretrizes da Educação do Campo em uma escola estadual do leste de Minas Gerais**. 110 f. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

MUELLER, Carla Cristiane. **A construção do conhecimento em comunidades rurais e a busca por uma educação no campo na região do tabaco**. 79 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básica da Saúde, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre - RS, 2015.

PEREIRA, Danielle Siqueira. **O enfoque C-T-S na pedagogia da alternância: o saber escolar e a prática cotidiana quilombola na Casa Familiar Rural de Jambuaçú - Moju - Pará**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **Currículo e seus significados para os sujeitos de uma escola ribeirinha, multisseriada no município de Cametá - Pará**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2009.

RODRIGUES, Guilherme Goretti. **A Educação Quilombola na Comunidade Colônia do Paiol - Bias Fortes (MG)**. 2017. 111 f. Dissertação (mestrado acadêmico) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2017.

ROSA, Júlia Mazinini. **O programa Escola Ativa e a gestão participativa em escolas no campo**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SANTOS, Ednaldo Alves dos. **Construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico na escola do campo**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SANTOS, Maria José dos. **Trajetória educacional de mulheres quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Ana Paula Ferreira da. **A etnografia e a produção de conhecimento teórico e metodológico nas pesquisas em educação: apontamentos sobre o fracasso escolar**. Cuicuilco, vol. 22, nº 64, setembro – dezembro, 2015, pag. 223-244. Escuela Nacional de Antropología e Historia. Distrito Federal, México.

SILVA, Elson Alves da. **A educação diferenciada para o fortalecimento da identidade quilombola: estudo nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

TEODORO, Bruno Otávio. **(Re)conhecimentos gerais: a escola rural e os múltiplos saberes do povo geralista, possibilidades e limitações de diálogo**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir**. UMSA Revista (entre palabras), v. 3, p. 30-31, 2009.

ZIECH, Márcia Eliana. **Educação do campo e a construção da identidade territorial do aluno da escola do campo do Distrito de Cândido Freire – Giruá (RS)**. 120 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí), 2017.

## ANEXO 1 - GLOSSÁRIO

**Abdias:** um dos moradores mais antigos da comunidade do Umbuzeiro, pai de Rivelino.

**Alcione:** moradora da comunidade do Umbuzeiro, filha de dona Lélia.

**Ana:** moradora da comunidade do Umbuzeiro, companheira de Rivelino.

**Basílio:** morador da Fazenda Santana, mas é uma das lideranças da comunidade do Umbuzeiro, genro da dona Ivone.

**Caroline:** moradora da Fazenda Santana, aluna do 9º ano na EMPG Bacurau.

**Cassio:** Foi uma das lideranças da comunidade e marido da dona Lélia, já falecido, era reconhecido por cultivar e preservar a cultura e a história do território.

**Helena:** moradora do Ouricuri, trabalhou no Centro de Convivência na comunidade do Umbuzeiro.

**Ivone Lara:** moradora da comunidade do Umbuzeiro, sogra de Basílio e uma das lideranças da comunidade.

**Jonas:** já falecido, foi casado com dona Ivone Lara, filho de dona Lélia.

**Leci:** moradora do Umbuzeiro, filha de dona Lélia.

**Lélia:** moradora da comunidade do Umbuzeiro, liderança da comunidade, a matriarca da comunidade.

**Rivelino:** filho de seu Abdias, companheiro de Ana.

**Roberta:** irmã da Caroline, aluna do 4º ano da EMPG Bacurau.

**Tânia:** moradora do Ouricuri, leciona na EMPG Bacurau.

**Wladimir:** filho da dona Lélia, já falecido.